



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

EDITAL

O **MUNICÍPIO DE TAGUAÍ**, inscrito no CNPJ sob nº 46.223.723/0001-50, leva a conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº 14.133/2021 e da Lei Complementar nº 123/2006, e subsidiariamente de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, realizará licitação, na modalidade, critérios de julgamento das propostas, regime de execução, forma de fornecimento e modo de disputa indicados na seção 1 – PREÂMBULO, apresentado a seguir:

1 – PREÂMBULO

ÓRGÃO GERENCIADOR: **MUNICÍPIO DE TAGUAÍ**

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO REGIDO PELA **LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**

NÚMERO DO PROCESSO: **399/22**

ANO DO PROCESSO: **2022**

NÚMERO DA MODALIDADE: **38/2022**

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: **PREGÃO PRESENCIAL**

MODO DE DISPUTA: **ABERTO.**

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: **MAIOR DESCONTO**

REGIME DE EXECUÇÃO: **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

FORMA DE FORNECIMENTO: **PARCELADA.**

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: **03/01/2023**

HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: **9h**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: **PAÇO MUNICIPAL- SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS “Pedro Bérnago”, situado em Taguaí, Estado de São Paulo, à Praça Expedicionário Antônio Romano de Oliveira nº 44.**

DATA-BASE ORÇAMENTO ESTIMADO: **27/09/2022**

2 - DO OBJETO

2.1 - O objeto da presente licitação é: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços continuados de manutenção dos veículos que compõem a frota do Município de Taguaí.

2.2 – Faz parte integrante deste edital o ANEXO I, onde encontramos o TERMO DE REFERÊNCIA e as exigências peculiares vinculadas ao objeto desta licitação.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

2.3 – Os licitantes deverão apresentar a quantidade exata de cada item dos serviços constantes no TERMO DE REFERÊNCIA, cujos preços serão únicos, não sendo aceitas propostas com quantitativo divergente do previsto. (art. 82, I, II, III e IV)

3 - DAS DESPESAS E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 – Por se tratar de edital com a finalidade de realizar registro de preço formal, as despesas decorrentes da Ata de Registro de Preço serão vinculadas à dotação orçamentária específica por ocasião da convocação do adjudicatário para a execução do objeto deste certame.

4 - DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1 - Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste pregão, por irregularidade na aplicação de Lei ou solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, mediante petição, a ser enviada exclusivamente para o endereço licitacao@taguai.sp.gov.br.

4.2 - O Pregoeiro, auxiliado pela sua equipe de apoio e, se necessário, pelo setor técnico competente, decidirá sobre a aceitabilidade da impugnação ao certame.

4.3 - Acolhida a impugnação ao certame, será designada nova data para sua realização, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.4 - As impugnações serão conhecidas se dirigidas diretamente ao Pregoeiro e enviadas eletronicamente pelo interessado, até as 19 (dezenove) horas do último dia útil do prazo para impugnação, para o endereço eletrônico: licitacao@taguai.sp.gov.br, devendo o arquivo estar obrigatoriamente em formato PDF/A - pesquisável (Portable Document Format), com tamanho máximo de 10 (dez) megabytes.

4.5 - Os pedidos de esclarecimento deverão ser enviados até o terceiro dia útil que anteceder a data fixada para a abertura da sessão pública exclusivamente via internet, para o endereço eletrônico licitacao@taguai.sp.gov.br.

4.6 - As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no site oficial da Prefeitura Municipal de Taguaí: www.taguai.sp.gov.br, junto à publicação do edital, em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5 - DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

5.1 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1.1 - Participantes. Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Municipal que atuem em atividade econômica compatível com o seu objeto e tenham credenciado os seus representantes na forma estabelecida neste edital.

5.1.1.1 - O credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante será realizado no início da sessão pública, consoante normas constantes neste edital.

5.1.2 - Vedações. Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas que:



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

5.1.2.1 - encontrarem-se suspensas de participar de licitações e impedidos de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Taguaí, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

5.1.2.2 – tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

5.1.2.3 - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Taguaí, direta e indireta, com base no artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;

5.1.2.4 - que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;

5.1.2.5 - que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

5.1.2.6 – que sejam estrangeiras e que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

5.1.2.7 - que seja autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, incluindo autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

5.1.2.8 - que seja, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.1.2.9 - que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.1.2.10 - que seja pessoa física ou jurídica e que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.1.2.11 - que seja entidade empresarial que esteja sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução total ou liquidação;

5.1.2.12 - seja inserida em empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si; e

5.1.2.13 - que estejam reunidas em consórcio.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

5.2 - DO PROTOCOLO DOS ENVELOPES PROPOSTA E HABILITAÇÃO

5.2.1 - As empresas interessadas em participar do certame licitatório deverão protocolar os envelopes “**PROPOSTA DE PREÇOS**” e “**DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**” no Departamento de Protocolo da Prefeitura Municipal de Taguaí, localizada no Paço Municipal “Pedro Bérnago”, à Praça Expedicionário Antônio Romano de Oliveira nº 44, Taguaí, Estado de São Paulo, até o dia e horário para realização do certame indicado na seção 1- PREÂMBULO deste edital.

5.2.2 - Os envelopes deverão ser apresentados contendo, em sua parte externa, os dados constantes nas figuras abaixo, preenchendo-os “*mutatis mutandis*”, isto é: mudando o que tem de ser mudado:

Figura A

ÓRGÃO LICITANTE: MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
ENVELOPE N.º 01: “PROPOSTA DE PREÇOS”.

Nome completo da Proponente:

Endereço:

Cidade:

CNPJ:

Telefone:

PP/PREGÃO PRESENCIAL N.º:38/2022

Processo N.º: **399/22**

Data de Abertura: **17/10/2022**

Horário: **9H**

Figura B

ÓRGÃO LICITANTE: MUNICÍPIO DE TAGUAÍ
ENVELOPE N.º 02: “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO”.

Nome completo da Proponente:

Endereço:

Cidade:

CNPJ:

Telefone:

PP/PREGÃO PRESENCIAL N.º: 38/2022

Processo N.º: **399/22**

Data de Abertura: **17/10/2022**

Horário: **9H**

5.2.2.1 - A ausência de identificação na parte externa dos envelopes, conforme solicitado no item 5.2.2 deste Edital, não constitui motivo para desclassificação do licitante, cujo representante legal presente à sessão poderá providenciar a devida identificação.

5.3 - DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS PARA PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

5.3.1 - No dia, hora e local estipulados na seção 1 – PREÂMBULO deste Edital, os licitantes deverão estar representados por agentes credenciados, que se apresentarão ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio devidamente identificado com cédula de identidade ou documento equivalente que contenha fotografia, após terem protocolado os envelopes: “**PROPOSTA DE PREÇOS**” e “**DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**”.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

5.3.2 - Poderão participar da fase de lances verbais somente os representantes devidamente credenciados.

5.3.3 - Cada credenciado poderá representar somente um licitante.

5.3.4 - Será admitida a presença de apenas um representante para cada licitante credenciado, sendo permitido, caso haja necessidade, a substituição do credenciado, desde que cumpridas as exigências deste edital.

5.3.5 – DOS DOCUMENTOS PARA APRESENTAR COM A FINALIDADE DE CREDENCIAR REPRESENTANTE:

5.3.5.1 - SÓCIO, PROPRIETÁRIO, DIRIGENTE OU ASSEMELHADO: se o representante do licitante for seu sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado, o credenciamento será feito mediante a apresentação do original ou de cópia autenticada do Estatuto Social, Contrato Social ou outro instrumento de registro comercial, devidamente registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, assim como a apresentação das declarações contidas no **ANEXO II.1.**

5.3.5.2 – REPRESENTANTE QUE NÃO SE ENQUADRA NO ITEM 5.3.5.1: quanto o representante não se enquadrar no item 5.3.5.1, o representante do licitante deve apresentar **TERMO DE CREDENCIAMENTO**, consoante modelo contido no **ANEXO II.2**, acompanhado de original ou cópia autenticada de Contrato Social ou de outro instrumento constitutivo do licitante, para que se possa comprovar a capacidade do outorgante para constituir mandatário.

5.3.5.3 – REPRESENTANTE POSSUIDOR DE PROCURAÇÃO: no caso do representante legal possuir procuração contendo os poderes para praticar os atos pertinentes aos procedimentos licitatórios o representante do licitante deve apresentar **TERMO DE CREDENCIAMENTO**, consoante modelo contido no **ANEXO II.3**, acompanhado de original ou cópia autenticada de Contrato Social ou de outro instrumento constitutivo do licitante, para que se possa comprovar a capacidade do outorgante para constituir mandatário.

5.3.5.4 – A não apresentação de um dos documentos constantes nos itens 5.3.5.1, 5.3.5.2 e 5.3.5.3, conforme se enquadra na situação do representante, inviabilizará a participação do representante na condição de CREDENCIADO durante o certame, sendo mantidos, entretanto, os preços apresentados na proposta escrita para efeito de ordenação e classificação das propostas de acordo com a sistemática estabelecida neste edital.

5.3.5.5 - Em todos os casos constantes nos itens: 5.3.5.1, 5.3.5.2 e 5.3.5.3, deverá haver apresentação de documento de identificação do representante da empresa que contenha fotografia.

5.3.5.6 - Os documentos de credenciamento serão retidos pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e juntados aos autos do processo administrativo.

5.4 – DOS DOCUMENTOS DE ENQUADRAMENTO DE ME E EPP PARA FINS DE EXERCER DIREITO DE PREFERÊNCIA EM CASO DE EMPATE FICTO



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

5.4.1 - As empresas interessadas em participar na condição de ME e EPP com direito a preferência de contratação em caso de empate ficto, deverão apresentar, junto com os documentos de credenciamento de representante, a comprovação de enquadramento, conforme as condições que seguem abaixo:

5.4.1.1 - Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal do licitante afirmando o seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal, em conformidade com o modelo constante do **ANEXO III.1**, acompanhada de documento emitido pela Junta Comercial ou Receita Federal comprovando tal situação;

5.4.1.2 - Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, deverá apresentar declaração subscrita por representante legal do licitante afirmando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, em conformidade com o modelo constante do **ANEXO III.2**;

5.4.2 - Comprovação da condição de ME/EPP/COOPERATIVA. Sem prejuízo das declarações exigidas nos itens **5.4.1.1** e **5.4.1.2** e admitida a indicação, pelo licitante, de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente, a condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007 será comprovada da seguinte forma:

5.4.2.1 - Se sociedade empresária, pela apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial competente;

5.4.2.2 - Se sociedade simples, pela apresentação da “Certidão de Breve Relato de Registro de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte”, expedida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

5.4.2.3 - Se sociedade cooperativa, pela Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente que comprove Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

5.4.2.4 - A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente para fins de obter direito de preferência de contratação de que trata o diploma legal mencionado acima, utilizando-se do modelo constante no **ANEXO III.3**;

5.4.3 - A apresentação das declarações complementares previstas no item **5.4** deve ser feita apenas pelos licitantes que pretendam se beneficiar do regime legal simplificado e diferenciado para microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007 e que não tenham sido alcançadas por nenhuma hipótese legal de exclusão. A apresentação da declaração sem que haja o efetivo enquadramento está sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital e na legislação cabível.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

5.5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO

5.5.1 - A Proposta de Preços deverá ser apresentada dentro do envelope “**PROPOSTA DE PREÇO**”, lacrado e identificado conforme normas contidas na cláusula 5.2.2 deste edital.

5.5.2 – Com a finalidade de dar mais celeridade aos procedimentos licitatórios, a **PROPOSTA DE PREÇO** poderá ser preenchida em arquivo magnético, através de programa padrão (quando fornecido pela Prefeitura), devidamente gravada e validada, em pen drive ou cd, e apresentada dentro do envelope.

5.5.2.1 – Frise-se que a não apresentação em meio magnético não acarretará na inabilitação da empresa, podendo, entretanto, ser designada outra data para continuidade da sessão, haja vista a morosidade no preenchimento junto ao Sistema de forma manual.

5.5.3 - A **PROPOSTA DE PREÇO** deverá ser apresentada conforme modelo constante no **ANEXO IV** e com as seguintes condições:

5.5.3.1 – QUANTO À IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE E DO CERTAME: A **PROPOSTA DE PREÇO** deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa, redigido com clareza e em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, ter suas folhas enumeradas sequencialmente, não conter rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas que dificultem sua análise, conter os dados da licitante, tais como: razão social, endereço, inscrição na Receita Federal, Estadual e Municipal, número de celular, endereço eletrônico (e-mail), identificação do número do processo do certame licitatório, data do preenchimento da **PROPOSTA DE PREÇO**, assinatura do representante legal da empresa na última folha e sua rubrica em todas as folhas.

5.5.3.2 – QUANTO À DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS NA PROPOSTA DE PREÇO: A **PROPOSTA DE PREÇO** deverá conter a descrição completa do item, citando a marca do produto, valor unitário, valor total de cada item e valor total da **PROPOSTA DE PREÇO** apresentada.

5.5.3.3 – QUANTO AOS VALORES APRESENTADOS: A **PROPOSTA DE PREÇO** deverá ser preenchida, quanto aos valores, tanto unitário como total, seguindo-se às normas seguintes:

5.5.3.3.1 – para o valor unitário deverão ser utilizadas 2 (duas) casas decimais;

5.5.3.3.2 – para o valor total deverão ser utilizadas 2 (duas) casas decimais.

5.5.3.3.3 – para o valor total da proposta deverão ser utilizadas 2 (duas) casas decimais e ser declarado por extenso.

5.5.3.4 – QUANTO À COMPOSIÇÃO DO PREÇO UNITÁRIO: Nos preços unitários deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, tais como: frete, embalagens, seguros, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.

5.5.3.5 – QUANTO À VALIDADE DA PROPOSTA: A **PROPOSTA DE PREÇO** deverá conter prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão pública da oferta de lance apresentada.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

5.5.4 - DAS IMPLICAÇÕES QUANTO À APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO: a apresentação da **PROPOSTA DE PREÇO** pelo licitante implicará na aceitação das condições de prazo de entrega, prazo de pagamento e demais imposições constantes neste edital e seus anexos.

5.5.5 - DA CORREÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO: Não será permitida a realização de correção, complementação ou qualquer tipo alteração na **PROPOSTA DE PREÇOS** que implique em alteração de valor unitário e marca de produto ou que ainda possa ocasionar vantagem sobre os demais licitantes.

5.5.6 – DAS DECLARAÇÕES QUE DEVEM ACOMPANHAR A PROPOSTA DE PREÇO

5.5.6.1 - Os licitantes deverão apresentar juntamente com a proposta as seguintes declarações utilizando-se do **ANEXO V**, que faz parte integrante deste edital:

a) DA DECLARAÇÃO ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA DE PREÇO: a **PROPOSTA DE PREÇO** deverá ser acompanhada de declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **ANEXO V**, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014.

b) declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

c) declaração de que a empresa atende aos requisitos de habilitação.

5.5.7 – DA GARANTIA DE PROPOSTA

5.5.7.1 - As licitantes deverão prestar garantia/caução no valor de: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para proposta do item 1, R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para proposta do item 2 e R\$ 3.000,00 (três mil reais) para proposta do item 3, com prazo de validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias a contar da data de abertura do certame, como condição de participação neste certame licitatório, conforme preceitua art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo a licitante optar por uma das modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da mesma lei.

5.5.7.1.1 - A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura da ata de registro de preço ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

5.5.7.1.2 - Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar a ata de registro de preço ou a não apresentação dos documentos para a contratação

5.5.8 – DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

5.5.8.1 - A Proposta de Preço deverá ser acompanhada de Planilha de Composição de Custos, em modelo próprio da empresa, com a finalidade de demonstrar a viabilidade econômica e financeira da operação dos serviços, considerando todos os custos, despesas, investimentos, faturamentos, seguro, impostos, taxas, Salários, encargos, etc. ao longo da vigência da CONTRATO, em valores atuais, acompanhado das devidas notas explicativas que permitam sua avaliação e julgamento, a ser elaborado, que se constituirá, para fins de gestão do CONTRATO, bem como do fluxo de caixa econômico que tem como objetivo demonstrar claramente a viabilidade do contrato como um todo, devidamente assinado por técnico responsável.

5.5.8.2 – A Planilha de Composição de custo deverá ser embasado em instrumento coletivo de trabalho (convenção ou acordo coletivo) válida que deverá obrigatoriamente ser juntado com a proposta, sob pena de desclassificação, e que deverá ser obrigatoriamente firmado pelo Sindicato competente, na forma prevista no art. 8º, II da Constituição Federal, tendo em vista que a Prefeitura tem responsabilidade subsidiária trabalhista na forma preconizada na Súmula 331, “d” do Tribunal Superior do Trabalho: “V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.”.

5.6 – DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

5.6.1 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: as licitantes deverão apresentar, no ENVELOPE Nº 2 – HABILITAÇÃO, os seguintes documentos:

5.6.1.1 – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.6.1.1.1 – Para fins de comprovar a habilitação jurídica a licitante deverá apresentar os documentos a seguir:

- a)** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI;
- b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c)** Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- d)** Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e)** Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f)** Em se tratando de sociedade cooperativa: ato constitutivo e estatuto atualizado e registrado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764/1971.

5.6.1.2 – DAS HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

5.6.1.2.1 – Para fins de comprovar a regularidade nas áreas: fiscal, social e trabalhista, a licitante deverá apresentar os documentos a seguir:

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c)** Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF – FGTS);
- d)** Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);
- e)** Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- f)** Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual, da sede ou domicílio do licitante;
- g)** Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

5.6.1.3 – DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.6.1.3.1 – A licitante deverá apresentar os documentos abaixo, visando demonstrar a aptidão econômica e financeira da empresa:

- a)** Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;
 - a.1)** Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “a” deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente.
 - a.2)** Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme caso.
- b)** balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- c)** Comprovação de possuir PATRIMÔNIO LÍQUIDO igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor global estimado do objeto desta licitação, referente aos itens a que deseja participar.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

d) Comprovação da boa situação financeira da licitante com a apresentação de demonstrativo de índices Financeiros, em papel timbrado da empresa, assinado pelo contador responsável, devidamente identificado com o nome e CRC, extraídos do balanço apresentado, para fins de análise de condições financeiras da licitante, apresentando os índices em números inteiros e de até 02 (duas) casas decimais após a vírgula com arredondamento:

$$\text{Liquidez geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável em Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} > 1,00$$

$$\text{Liquidez corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} > 1,00$$

$$\text{Solvência Geral} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} > 0,50$$

5.6.1.4 - DECLARAÇÕES E OUTRAS COMPROVAÇÕES: Declaração subscrita por representante legal do licitante, em conformidade com o modelo constante do **ANEXO VI**, atestando que:

a) se encontra em situação regular perante o **Ministério do Trabalho e Previdência** no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº. 42.911/1998;

b) cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual.

c) declaração de que não possui sócio ou, no caso de sociedade anônima, diretor que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

d) declaração de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei n. 13.709/2018, devendo utilizar o modelo anexo a este edital;

e) declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas, devendo utilizar o modelo anexo a este edital.

5.6.1.5 – DAS COMPROVAÇÕES ESPECÍFICAS – CAPACIDADE TÉCNICA

5.6.1.5.1 – Deverá ser inserido no envelope Habilitação declarações informando possuir a estrutura que trata os itens 6.2.30 e 6.2.31 do Termo de Referência;



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

5.6.1.5.2 – Deverá ser inserido no envelope Habilitação documentos comprovando capacidade técnica da empresa conforme apontado nos itens 6.2.32 e 6.2.33 do Termo de Referência.

5.6.1.6 – DA VISTORIA PRÉVIA

5.6.1.6.1 - As vistorias deverão ser agendadas com antecedência e realizadas em horário de expediente da repartição, com o acompanhamento de servidor desta Prefeitura Municipal, no telefone 14-3386-9040, ramal 203, junto ao setor de Licitações, ou pessoalmente, durante o período compreendido entre a data da publicação do edital e aquela que antecede à prevista para a abertura dos envelopes de documentação, ou seja, de **12 DE DEZEMBRO DE 2022 A 28 DE DEZEMBRO DE 2022.** A não realização da visita técnica não importa em motivo para inabilitação, mas sim no reconhecimento de que a licitante conhece o local e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto da licitação.

5.6.1.6.2 - O licitante obriga-se a inspecionar os veículos da execução do objeto, por meio de representante, cujo credenciamento deverá ser apresentado no ato da vistoria, ocasião em que lhe será conferido um atestado, nos moldes do ANEXO IX, para que seja juntado aos documentos de Habilitação.

5.6.1.6.3 - A não realização da vistoria prévia, com a consequente não juntada da declaração passada pelo Setor de Frotas no envelope DOCUMENTAÇÃO, não será causa de inabilitação e sim do reconhecimento que conhece o local e tomou conhecimento de todas as informações e condições para cumprimento das obrigações objeto da licitação.

5.6.1.7 – DOS ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

5.6.1.7.2 - O licitante deverá apresentar junto com os documentos de Habilitação os endereços eletrônicos (do [inglês](#): *electronic-mail*, [abreviado](#) *e-mail*), que será utilizado, tanto pela licitante como pela Administração Pública, para estabelecer de modo oficial a comunicação entre ambos, enviando e recebendo mensagens de forma assíncrona, devendo, para isto, preencher o ANEXO X.

5.6.2 - DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.6.2.1 - Forma de apresentação. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada ou em cópia simples que, à vista do original, será autenticada por membro da Comissão de Contratação na própria sessão pública.

5.6.2.1.1 - Excetuam-se da regra prevista no item 5.6.2.1 deste Edital os documentos obtidos pela Internet, os quais poderão ser apresentados sem qualquer autenticação, desde que, quando pertinente, acompanhados de código de verificação que permita a apuração de sua autenticidade.

5.6.2.2 - Validade das certidões. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Comissão de Contratação aceitará como válidas as expedidas até **180 (cento e oitenta)** dias imediatamente anteriores à data da sessão pública para entrega dos envelopes e declarações complementares.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

5.6.2.2.1 - Se o licitante for a matriz, os documentos exigidos no item 5.6.1 deverão estar em nome da matriz, e, deverão estar em nome da filial que, na condição de licitante, executará o objeto do contrato, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.6.2.3 – Isenções e imunidades. O licitante que se considerar isento ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

5.6.2.4 - Itens ou lotes. Quando a adjudicação houver sido dividida em itens ou lotes, os documentos de habilitação deverão ser apresentados pelo licitante dentro do mesmo.

5.6.3 – DAS CERTIDÕES POSITIVAS COM EFEITO DE NEGATIVAS

5.6.3.1 - A prova de regularidade fiscal poderá ser feita por certidão positiva com efeitos de negativa, considerando-se a certidão positiva com efeitos de negativa a certidão onde conste a existência de débitos: não vencidos; em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetuada a penhora; cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, depósito de seu montante integral ou reclamações ou recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo; e sujeitos à medida liminar em mandado de segurança.

5.6.4 – DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME E EPP QUANTO À COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

5.6.4.1 - Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.6.4.1.1 - A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

5.7 – DO NÃO ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIA DO EDITAL E DA DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

5.7.1 - Se a proposta for desclassificada ou, ainda, se o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

6 - DA SESSÃO PÚBLICA

6.1 - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1.2 – DA FASE CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES E CADASTRO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

6.1.2.1 - No local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro instalará a sessão pública para receber os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES, CADASTRO DAS LICITANTES E SUA OPÇÃO PELO REGIME DIFERENCIADO ÀS ME E EPP, os ENVELOPES Nº 1 – PROPOSTA DE PREÇO e os ENVELOPES Nº 2 – HABILITAÇÃO, passando-os para rubrica pelos presentes e conferência da inviolabilidade dos envelopes.

6.1.2.2 - O licitante poderá apresentar-se à sessão pública por intermédio de seu representante legal ou de pessoa devidamente credenciada, mediante procuração com poderes específicos para intervir em qualquer fase do procedimento licitatório, inclusive para interpor recursos ou desistir de sua interposição, seguindo as normas relacionadas ao CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTE constantes neste edital.

6.1.2.3 - É vedada a representação de mais de um licitante por uma mesma pessoa.

6.1.2.4 - Participação na sessão pública. A sessão será pública e poderá ser assistida por qualquer pessoa, mas somente será admitida a manifestação dos representantes devidamente credenciados pela Comissão de Contratação, na forma constante neste edital, não sendo permitidas atitudes desrespeitosas, que causem tumultos ou perturbem o bom andamento dos trabalhos.

6.1.2.5 - Aceitação tácita. O ato de protocolar os envelopes: PROPOSTA DE PREÇO e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO implica na aceitação, pelo licitante, de todas as normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como implica a obrigatoriedade de manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, obrigando-se o licitante a declarar, sob as penas da lei, a superveniência de fato impeditivo à participação, quando for o caso.

6.1.3 - DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS PARA PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

6.1.3.1 - Os representantes deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação, acompanhado do contrato social ou estatuto em vigor, do ato de designação dos dirigentes e do instrumento de procuração, quando for o caso, e outros documentos eventualmente necessários para a verificação dos poderes do outorgante e do mandatário, apresentando as declarações constantes nas cláusulas 5.3 deste edital, de acordo com a condição de representação que se apresentar.

6.1.4 – DOS DOCUMENTOS DE ENQUADRAMENTO DE ME E EPP

A empresas que desejarem exercer o direito de preferência na contratação com o Poder Público e que estejam enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte deverão apresentar os documentos constantes na cláusula 5.4 fora do envelope e juntamente com os documentos relacionados ao CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE.

6.1.5 - DOS DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS FORA DO ENVELOPE

Os documentos constantes nas cláusulas 5.3.5 e 5.4 deverão ser apresentados fora dos envelopes e na forma nela indicada.

6.1.6 – DO ENCERRAMENTO DA FASE CREDENCIAMENTO



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

6.1.6.1 - Recebidos os documentos para credenciamento dos representantes, cadastradas as empresas que se apresentaram com a finalidade de participarem do certame licitatório, registrada a opção pelo direito de preferência de contratação àquelas que o fizeram e tendo sido aceitas pelo Pregoeiro, será encerrada a sessão de credenciamento, quando não mais serão admitidos novos participantes ao certame.

6.1.6.2 – Declarado o encerramento da fase de CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTE, o pregoeiro indagará aos presentes se há interesse em interpor recurso contra alguma ação realizada por ele e, não havendo intenção de interpor recurso, passar-se-á a FASE ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇO E LANCES VERBAIS, caso contrário, a sessão será suspensa e proceder-se-á conforme consta na seção de recursos constante deste edital.

6.2 - DA PROPOSTA E DOS LANCES

6.2.1 - DA ABERTURA DO ENVELOPE PROPOSTA DE PREÇO

6.2.1.1 - Abertura dos envelopes. Após o credenciamento dos presentes, o Pregoeiro procederá à abertura dos ENVELOPES Nº 1 – PROPOSTA DE PREÇO, passando os documentos para serem rubricados pelos representantes dos licitantes e pelos Agentes de Contratação e, posteriormente, juntando-os ao respectivo processo administrativo.

6.2.1.2 - Os ENVELOPES Nº 2 – HABILITAÇÃO já rubricados pelos representantes dos licitantes, pelos Agentes de contratação e pela equipe de apoio serão mantidos fechados e inviolados até a respectiva abertura em momento próprio da sessão pública.

6.2.1.3 - Análise. Os documentos contidos no ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA DE PREÇO serão analisados pelo Pregoeiro, que verificará a exatidão das operações aritméticas realizadas pelo licitante e procederá às correções correspondentes, caso necessário, com vistas à apuração do valor inicial a ser considerado para fins de julgamento da proposta, como também verificará se foram cumpridas todas as exigências de preenchimento da referida PROPOSTA DE PREÇO e se todos os elementos constantes no **ANEXO VI** foram apresentados.

6.2.1.3.1 - Em caso de discrepância entre valores, o Pregoeiro tomará como corretos os valores unitários informados pelo licitante na planilha de preços unitários e totais.

6.2.1.3.2 - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço unitário proposto.

6.2.1.3.3 – Deverá ser apresentada junto ao envelope PROPOSTA DE PREÇO as declarações constantes no **ANEXO V**.

6.2.1.3.4 – Deverá ser apresentada junto ao envelope PROPOSTA DE PREÇO o comprovante de prestação de garantia de que trata o item **5.5.7.1** deste edital.

6.2.1.3.5 – Deverá ser apresentada junto ao envelope PROPOSTA DE PREÇO a Planilha de Composição de Custo de que trata o item **5.5.8.1** deste edital.

6.2.1.4 - Desclassificação. Será desclassificada a proposta que:



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

- 6.2.1.4.1** - estiver em desacordo com qualquer das exigências estabelecidas neste Edital;
- 6.2.1.4.2** - contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- 6.2.1.4.3** - apresentar preços unitários ou total simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos ou salários de mercado;
- 6.2.1.4.4** - apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não tenham sua viabilidade demonstrada por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto;
- 6.2.1.4.5** – A não apresentação do documento de que trata o item **6.2.1.3.4** é motivo de desclassificação da proposta.
- 6.2.1.4.6** – A não apresentação do documento de que trata o item **6.2.1.3.5** é motivo de desclassificação da proposta.
- 6.2.1.4.7** – **Exceção:** a não apresentação da Declaração de formulação de Proposta de Preço Independente não será motivo de desclassificação da PROPOSTA DE PREÇO se o representante concordar em apresentá-la durante a sessão.
- 6.2.1.5 - Diligências complementares.** A Comissão de Contratação poderá a qualquer momento solicitar aos licitantes a composição dos preços unitários dos serviços, materiais ou equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários para analisar a aceitabilidade da proposta.
- 6.2.1.6 - Julgamento.** Não serão consideradas, para fins de julgamento da proposta, ofertas de vantagem não prevista neste instrumento convocatório, baseadas nas propostas dos demais licitantes ou que apresentem prazos ou condições diferentes dos fixados neste Edital.
- 6.2.1.7 - Classificação.** O julgamento das propostas será efetuado pela Comissão de Contratação, que elaborará a lista de classificação observando a ordem crescente dos preços apresentados.
- 6.2.1.8 - Empate ficto.** Será assegurado direito de preferência aos licitantes que sejam microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que tenham solicitado tal prerrogativa na fase CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTE.
- 6.2.1.9 - Critérios de desempate.** Havendo empate entre duas ou mais propostas, aplicar-se-á o disposto no artigo 60 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.2.1.9.1** – Caso o empate persista após a observância dos critérios de desempate de que trata o caput do art. 60 da Lei nº 14.133/2021 e diante da insuficiência ou inaplicabilidade factual da ordem de preferência instituída no § 1º, o desempate far-se-á mediante sorteio, ainda que a Lei nº 14.133/2021 seja silente a respeito.
- 6.2.1.10 - Licitação fracassada.** Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, a Comissão de Contratação poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

apresentação de novas propostas, marcando-se nova data para a sessão pública mediante publicação no Diário Oficial do Estado e no endereço eletrônico www.taguai.sp.gov.br.

6.2.1.11 - Devolução dos envelopes. Os ENVELOPES Nº 2 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO dos licitantes que tiveram suas propostas desclassificadas serão devolvidos fechados depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou, caso interposto, no caso de desistência ou após a prolação de decisão desfavorável ao recurso.

6.2.1.12 - Desistência de proposta. Não se admitirá desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Contratação.

6.2.2 - DAS SITUAÇÕES DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

6.2.2.1 - O Pregoeiro examinará as PROPOSTAS DE PREÇO apresentadas, confrontando-as frente às exigências contidas neste edital e, encontrando-se conforme, passar-se-á à fase de formulação de lances verbais.

6.2.3 – DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇO

6.2.3.1 - Após a fase de análise de aceitabilidade das PROPOSTAS DE PREÇO, o Pregoeiro elaborará a classificação das propostas iniciais em ordem crescente do valor apresentado, a fim de passar à fase de recebimento de lances verbais.

6.2.4 - DA FORMULAÇÃO DOS LANCES VERBAIS E DA NEGOCIAÇÃO

6.2.4.1 - O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, iniciando-se a etapa com o lance do autor da proposta classificada de maior valor, vindo a seguir os lances dos demais classificados, em ordem crescente de valor, sendo que o licitante que ofereceu a proposta de menor valor será o último a oferecer lance verbal.

6.2.4.2 - Havendo disposição do licitante em diminuir o valor anteriormente ofertado, este deve, obrigatoriamente, propor valor menor que o contido na oferta anterior.

6.2.4.3 - Em cada novo lance o licitante deve diminuir os valores anteriormente ofertados, com o mínimo de distância em 0,5% (cinco décimos por cento).

6.2.4.4 - Não poderá haver desistência de lances já ofertados.

6.2.4.5 - Em caso de ocorrer a desistência de lance já ofertado, o licitante desistente sujeita-se às penalidades previstas neste Edital.

6.2.4.6 - A desistência de um licitante de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará sua exclusão da etapa de apresentação de lances verbais e a manutenção do último desconto por item por ele ofertado para fins de posterior ordenação das propostas.

6.2.4.7 - A etapa de apresentação de lances verbais será declarada encerrada pelo Pregoeiro quando todos os licitantes declinarem da formulação de novo lance.

6.2.4.8 - Se nenhum licitante oferecer lance verbal, o Pregoeiro poderá aceitar a proposta escrita de menor valor, se ela atender todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

se os preços forem compatíveis com os praticados no mercado, podendo o Pregoeiro, também, negociar com o licitante para que seja obtido preço menor.

6.2.4.9 - Da mesma forma, havendo durante a etapa de apresentação de lances verbais uma única oferta, o Pregoeiro poderá aceitá-la se a mesma atender todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e se os preços forem compatíveis com os praticados no mercado, devendo o Pregoeiro, também, negociar para que seja obtida melhor oferta para a Administração Pública.

6.2.4.10 - É vedada a desistência ou retirada pelo licitante do item ou proposta de menor valor, visando o aumento do menor preço ofertado.

6.2.4.11 - DA DISPUTA - A disputa dar-se-á através de lances sobre o valor das horas técnicas e será considerado vencedor o licitante que ofertar o menor valor da mesma, entretanto, como a forma de disputa é pelo maior desconto, realizar-se-á o cálculo do desconto ofertado, conforme a regra abaixo:

a) do cálculo do índice de desconto no valor das horas de trabalho:

fórmula: $ID = D \times 100 / VH$

onde:

VH: valor da hora estimado no edital

VO: valor da hora ofertado pelo licitante

D: $VH - VO$

ID: ÍNDICE DE DESCONTO OFERTADO PELO LICITANTE SOBRE O VALOR DAS HORAS DE TRABALHO.

Tabela 1. Valor estimado por horas de serviços conforme termo de referência:

	HORAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 1	2000	293,33	586.660,00
ITEM 2	1800	276,66	497.988,00
ITEM 3	1500	260,00	390.000,00

Tabela 2. Percentual de desconto sobre as peças conforme termo de referência:

DESCONTOS	EMPRESA 1	EMPRESA 2	EMPRESA 3	TOTAL	MÉDIA
ITEM 1	16,00	14,00	12,00	42,00	14,00
ITEM 2	18,00	16,00	15,00	49,00	16,33
ITEM 3	15,00	12,00	10,00	37,00	12,33

b) segue abaixo exemplo de disputa para o item 1:

I - planilha sem lance:



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRENTE							
EMPRESA	ITEM	QUANTIDADE HORAS	UNIDADE	VALOR HORA TÉCNICA VALORES EM REAIS	VALOR TOTAL	DESCONTO OFERTADO PORCENTAGEM	DESCONTO OFERTADO REAIS
A	1	2.000	Hora técnica de manutenção	R\$ 293,33	R\$ 586.660,00	%	R\$
LANÇE				R\$ 293,33	R\$ 586.660,00	-	R\$ 0,00
MÍNIMO PRÓXIMO LANÇE							
REDUÇÃO MÍNIMA	0,50%		R\$ 1,47	R\$ 291,86			
CÁLCULO DESCONTO SOBRE AS PEÇAS							
MÉDIA DE DESCONTO						14	
DESCONTO SOBRE MÃO DE OBRA						-	
DESCONTO FINAL SOBRE AS PEÇAS						14,00	

CONCORRENTE							
EMPRESA	ITEM	QUANTIDADE HORAS	UNIDADE	VALOR HORA TÉCNICA VALORES EM REAIS	VALOR TOTAL	DESCONTO OFERTADO PORCENTAGEM	DESCONTO OFERTADO REAIS
A	2	1.800	Hora técnica de manutenção	R\$ 276,66	R\$ 497.988,00	%	R\$
LANÇE				R\$ 276,66	R\$ 497.988,00	-	R\$ 0,00
MÍNIMO PRÓXIMO LANÇE							
REDUÇÃO MÍNIMA	0,50%		R\$ 1,38	R\$ 275,28			
CÁLCULO DESCONTO SOBRE AS PEÇAS							
MÉDIA DE DESCONTO						16,33	
DESCONTO SOBRE MÃO DE OBRA						-	
DESCONTO FINAL SOBRE AS PEÇAS						16,33	



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRENTE							
EMPRESA	ITEM	QUANTIDADE HORAS	UNIDADE	VALOR HORA TÉCNICA VALORES EM REAIS	VALOR TOTAL	DESCONTO OFERTADO PORCENTAGEM	DESCONTO OFERTADO REAIS
A	3	1.500	Hora técnica de manutenção	R\$ 260,00	R\$ 390.000,00	%	R\$
LANÇE				R\$ 260,00	R\$ 390.000,00	-	R\$ 0,00
MÍNIMO PRÓXIMO LANÇE							
REDUÇÃO MÍNIMA	0,50%	R\$ 1,30	R\$ 1,30	R\$ 258,70			
CÁLCULO DESCONTO SOBRE AS PEÇAS							
MÉDIA DE DESCONTO						12,33	
DESCONTO SOBRE MÃO DE OBRA						-	
DESCONTO FINAL SOBRE AS PEÇAS						12,33	

II - planilha com lance:

CONCORRENTE							
EMPRESA	ITEM	QUANTIDADE HORAS	UNIDADE	VALOR HORA TÉCNICA VALORES EM REAIS	VALOR TOTAL	DESCONTO OFERTADO PORCENTAGEM	DESCONTO OFERTADO REAIS
A	1	2.000	Hora técnica de manutenção	R\$ 293,33	R\$ 586.660,00	%	R\$
LANÇE				R\$ 280,00	R\$ 560.000,00	4,54	R\$ 13,33
MÍNIMO PRÓXIMO LANÇE							
REDUÇÃO MÍNIMA	0,50%	R\$ 1,40	R\$ 1,40	R\$ 278,60			
CÁLCULO DESCONTO SOBRE AS PEÇAS							
MÉDIA DE DESCONTO						14	
DESCONTO SOBRE MÃO DE OBRA						4,54	
DESCONTO FINAL SOBRE AS PEÇAS						14,64	



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CONCORRENTE							
EMPRESA	ITEM	QUANTIDADE HORAS	UNIDADE	VALOR HORA TÉCNICA VALORES EM REAIS	VALOR TOTAL	DESCONTO OFERTADO PORCENTAGEM	DESCONTO OFERTADO REAIS
A	2	1.800	Hora técnica de manutenção	R\$ 276,66	R\$ 497.988,00	%	R\$
LANÇE				R\$ 260,00	R\$ 468.000,00	6,02	R\$ 16,66
MÍNIMO PRÓXIMO LANÇE							
REDUÇÃO MÍNIMA	0,50%	R\$	1,30	R\$ 258,70			
CÁLCULO DESCONTO SOBRE AS PEÇAS							
MÉDIA DE DESCONTO							16,33
DESCONTO SOBRE MÃO DE OBRA							6,02
DESCONTO FINAL SOBRE AS PEÇAS							17,31

CONCORRENTE							
EMPRESA	ITEM	QUANTIDADE HORAS	UNIDADE	VALOR HORA TÉCNICA VALORES EM REAIS	VALOR TOTAL	DESCONTO OFERTADO PORCENTAGEM	DESCONTO OFERTADO REAIS
A	3	1.500	Hora técnica de manutenção	R\$ 260,00	R\$ 390.000,00	%	R\$
LANÇE				R\$ 240,00	R\$ 360.000,00	7,69	R\$ 20,00
MÍNIMO PRÓXIMO LANÇE							
REDUÇÃO MÍNIMA	0,50%	R\$	1,20	R\$ 238,80			
CÁLCULO DESCONTO SOBRE AS PEÇAS							
MÉDIA DE DESCONTO							12,33
DESCONTO SOBRE MÃO DE OBRA							7,69
DESCONTO FINAL SOBRE AS PEÇAS							13,28

6.2.5 – DA NEGOCIAÇÃO

6.2.5.1 - Encerrada a etapa de lance, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta do licitante classificado em primeiro lugar, neste caso específico o que conceder o maior desconto calculado através das fórmulas constantes no item 6.2.4.11, decidindo motivadamente a respeito, sendo facultado a ele negociar visando obter melhor proposta à municipalidade.

6.2.5.2 - A decisão do Pregoeiro será baseada na comparação do preço obtido com os preços atuais praticados no mercado ou com os preços ofertados em licitações anteriores, sendo que as informações utilizadas na sua decisão devem ser anexadas aos autos do processo.

6.2.6 – DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO PELAS EMPRESAS ENQUADRADAS COMO ME E EPP



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

6.2.6.1 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, se procederá da seguinte forma:

6.2.6.1.1 - a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser classificada provisoriamente em primeiro lugar;

6.2.6.1.2 - não sendo classificada provisoriamente em primeiro lugar a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista na cláusula 6.2.6.1, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

6.2.6.1.3 - o convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

6.2.6.2 - Na hipótese de não exercício do direito de preferência de contratação nos termos previstos nas cláusulas 6.2.6.1, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitante

6.2.7 – DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCE

6.2.7.1 - Declarada encerrada a etapa de apresentação de lances verbais, o Pregoeiro procederá à nova classificação das propostas, na ordem crescente de valores das horas ofertadas.

6.2.7.1.1 - Para proceder à classificação em cada item, o Pregoeiro considerará:

6.2.7.1.1.1 - o último valor ofertado por item, no caso dos licitantes selecionados para a etapa de apresentação de lances verbais;

6.2.7.1.1.2 - o valor por item contido na proposta escrita dos licitantes classificados para a etapa de apresentação de lances verbais, mas que não apresentaram nenhum lance.

6.2.7.1.1.2.3 - O julgamento será feito pelo critério definido na seção 1 – PREÂMBULO deste edital, após realizar o cálculo da alíquota de desconto prevista na alínea “a” da cláusula 6.2.4.11 deste edital.

6.2.7.2 – Conhecendo-se a vencedora do certame, antes de passar à etapa de demonstração de exequibilidade dos preços, calcular-se-á o índice de desconto que será aplicado sobre o valor das peças, utilizando-se a seguinte fórmula:

a) do cálculo do índice de desconto no valor das peças:

fórmula: $Id = (Ie \times ID / 100) + Ie$

onde:

Ie: índice de desconto estimado no edital

ID: índice de desconto obtido pela aplicação da fórmula constante da “a” da cláusula 6.2.4.11 deste edital.

Id: ÍNDICE DE DESCONTO SOBRE O VALOR DAS PEÇAS A SER UTILIZADO NO CONTRATO.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

6.2.8 – DA DEMONSTRAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DOS PREÇOS

6.2.8.1 - O Pregoeiro poderá, também, solicitar a demonstração da exequibilidade dos preços propostos, devendo o licitante estar pronto para prestar informações sobre os custos, inclusive com apresentação de planilhas e demonstrativos que justifiquem sua proposta.

6.2.8.1.1 - Após conhecido o proponente melhor classificado, o pregoeiro suspenderá a sessão e conceder-lhe-á o prazo de 3 (três) dias úteis para que apresente nova Planilha de Composição de Custo a qual deverá ser apresentada nos mesmos moldes da planilha apresentada no item **5.5.8.1** deste edital, com os valores atualizados de acordo com os lances apresentados, demonstrando a exequibilidade do compromisso a ser assumido pela mesma.

6.2.8.2 - Em caso de não apresentação ou de insuficiência das informações mencionadas no subitem anterior, o Pregoeiro poderá desclassificar o licitante, devendo para isso promover despacho fundamentado, que será anexado aos autos do processo, examinando a proposta do licitante classificado na sequência.

6.2.9 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA OFERTADA

6.2.9.1 - Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.

6.2.10 - DA CLASSIFICAÇÃO DOS VENCEDORES

6.2.10.1 - Encerrada a etapa de lances verbais e negociação, o Pregoeiro elaborará a lista classificatória das propostas finais em ordem decrescente, declarando como classificado provisoriamente em primeiro lugar do item a empresa que ofereceu a maior desconto.

6.3 - DA HABILITAÇÃO

6.3.1 - DA CONDIÇÃO PRÉVIA PARA EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

6.3.1.1 - Verificação das condições de participação. Como condição prévia ao exame dos documentos contidos no ENVELOPE N° 2 – HABILITAÇÃO, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento pelo licitante das condições de participação previstas a seguir, consultando-se os cadastros nos sites abaixo relacionados:

6.3.1.1.1 - Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

6.3.1.1.2 – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);

6.3.1.1.3 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

6.3.1.1.4 - Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

6.3.1.1.5 - Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP
<http://www.corregedoria.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>;

6.3.1.1.6 - Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
(<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

6.3.1.2 - A consulta ao cadastro de que trata o item **6.3.1.1.3** será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.3.1.3 - Constatada a ausência de condições de participação, a Comissão Julgadora da Licitação reputará o licitante inabilitado.

6.3.2 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.3.2.1 - Constatado que a licitante cumpriu com todas as condições contidas na cláusula 6.3.1, proceder-se-á à abertura do envelope DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO de cada empresa classificada em primeiro lugar, conferindo-se terem sido apresentados os documentos constantes nas cláusulas 5.6.1 e 5.6.2, passando os documentos aos presentes para rubrica e análise.

6.3.2.2 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

6.3.2.2.1 - Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.3.3 - DA DECLARAÇÃO DE VENCEDOR

6.3.3.1 – Constando-se cumpridas as exigências de HABILITAÇÃO conforme cláusula 6.3.2 pelas empresas classificadas provisoriamente em primeiro lugar, as mesmas serão declaradas vencedoras.

6.3.4 - DA SITUAÇÃO DE INABILITAÇÃO

6.3.4.1 - Caso a empresa não cumpra as condições prévias de para exame de documentos de habilitação ou não tenha apresentado os documentos de HABILITAÇÃO de acordo com as exigências deste edital, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, utilizando-se da ordem de classificação, até que a apuração atenda às normas do edital e chegue-se a um vencedor habilitado.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

7 - DOS RECURSOS

7.1 - Caberá recurso em face de:

- I - julgamento das propostas;
- II - ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- III - anulação ou revogação da licitação;

7.2 - Nos recursos de julgamento das propostas e de ato de habilitação ou inabilitação de licitante serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais de 3 (três) dias úteis será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art.17 da Lei n. 14.133/2021, da ata de julgamento;

II - a apreciação se dará em fase única.

7.3 - O licitante que apresentar sua intenção de recurso poderá registrar as razões do recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr a partir do término do prazo do recorrente.

7.3.1 – As razões e contrarrazões deverão ser encaminhadas através do endereço eletrônico institucional: e-mail: licitacao@taguai.sp.gov.br.

7.4 - Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do encerramento da fase de lances.

7.5 - As razões do recurso e as contrarrazões deverão ser encaminhadas ao Pregoeiro, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, os encaminhará, acompanhado de sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.6 - O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

8 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

8.1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.

8.1.1 - Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

8.1.2 - O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

8.1.3 - Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

9 - DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PELA VENCEDORA

9.1 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

9.1.1 – Considerando que o conjunto dos procedimentos descritos neste edital tem a finalidade de realizar formalmente os preços relativos ao objeto descrito na cláusula 2 deste edital, a licitante que for declarada vencedora terá o item a ela adjudicado e deverá assinar a ata de registro de preço, cujo modelo encontra-se no **ANEXO VII** deste edital.

9.1.1.1 – A Administração Pública convocará a licitante declarada vencedora a assinar a Ata de Registro de Preço a qual deverá fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da ciência, sob pena de sofrer as sanções legais.

9.1.1.2 - Após 5 (cinco) dias úteis da assinatura da Ata de Registro de Preço, a empresa deverá apresentar caução como garantia da contratação na importância correspondente a 5,0 % (cinco por cento) sobre o valor total pactuado, podendo ser apresentado na forma disposta no § 1º do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.1.1.2.1 - A não apresentação da garantia de que trata o item 9.1.1.2 no prazo estipulado será considerado descumprimento de contrato e ensejará em aplicação das penalidades cabíveis à empresa que o infringir.

9.1.2 – A recusa em assinar a ata de registro de preço ou a sua desistência após assinada possibilitará à Administração Pública convocar os demais licitantes para indagá-los se aceitam cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurando-se a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação. (art. 82, VII).

9.1.3 – O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

9.1.3.1 - O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

9.2 - DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO COMPROMISSO CELEBRADO ATRAVÉS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO (Art. 82, IX)

9.2.1 - Constituirão motivos para extinção do compromisso celebrado através de ata de registro de preço, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

9.2.1.1 - Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos na cláusula 9.2.1.

9.2.1.2 - O detentor da ata terá direito à extinção do compromisso nas seguintes hipóteses:

I - **supressão**, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do compromisso assumido além do limite permitido no [art. 125 da Lei 14.133/2021](#);

II - **suspensão de execução** do compromisso assumido através da ata de registro de preço, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - **repetidas suspensões** que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - **atraso superior a 2 (dois) meses**, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - **não liberação pela Administração**, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

9.2.1.3 - As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV da cláusula 9.2.1.2 observarão as seguintes disposições:

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao detentor da ata o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do preço registrado na ata de registro de preço, na forma da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021](#).

9.2.1.4 - Os emitentes das garantias previstas no [art. 96 da Lei 14.133/2021](#) deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.2.2 - A extinção do compromisso assumido através da ata de registro de preço poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

9.2.2.1 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

9.2.2.2 - Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

9.2.3 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

III - execução da garantia contratual para:

- a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
- b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
- c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

9.2.3.1 - A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II da cláusula 9.2.3 ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

9.2.3.2 - Na hipótese do inciso II da cláusula 9.2.3, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

9.3 – DA ENTREGA DO OBJETO

9.3.1 - As regras relativas à entrega do objeto encontram-se descritas no **ANEXO VII** deste edital.

9.4 – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DA GESTÃO DO CONTRATO

9.4.1 – A fiscalização do contrato ficará a cargo do funcionário: HÉLIO GABRIEL MEIRA.

9.4.2 – A gestão do contrato ficará a cargo do funcionário: LUIZ FERNANDO CORREA BRISOLA.

10 – DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

10.1 – Conforme determina o parágrafo 7º do artigo 25 da Lei Federal nº 14.133/2021, será permitido a reajustamento anual dos preços adjudicados após 12 meses a contar da data do orçamento estimado constante no preâmbulo deste edital, utilizando-se o índice IGPM acumulado. (art. 82 VI)

10.1.1 – O pedido de reajustamento do preço deverá ser apresentado pela adjudicatária, para que possa ser concedido.

10.1.2 – A Administração Pública terá o prazo de 30 (trinta) dias para deliberar sobre o pedido de reajuste.

11 - DAS SANÇÕES

11.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame:



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

a) pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TAGUAÍ pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias;

II - fizer declaração falsa ou apresentar documento falso para o certame:

a) pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TAGUAÍ pelo prazo de até 60 (sessenta) meses e multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor do item de contratação;

III - ensejar o retardamento da execução do certame:

a) pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TAGUAÍ pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias;

IV - não mantiver a proposta:

a) pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TAGUAÍ pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias;

V - comportar-se de modo inidôneo ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:

a) pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TAGUAÍ pelo prazo de até 60 (sessenta) meses e multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor do item de contratação;

VI - cometer fraude de qualquer natureza:

a) pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o Estado de Santa Catarina pelo prazo de até 60 (sessenta) meses e multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor do item de contratação; e

VII - não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital ou não retirar/assinar/não der recebimento ao respectivo instrumento contratual:

a) pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TAGUAÍ pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias e multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do item de contratação.

11.2 - Além das penalidades acima, os licitantes ficarão sujeitos ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores do MUNICÍPIO DE TAGUAÍ e, no que couber, às demais penalidades referidas no Título IV da Lei n. 14.133/2021.

11.3 - Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor aos cofres públicos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, sob pena de cobrança judicial.

11.4 - Detectada prática de condutas especificadas consideradas infrações administrativas na sessão pública, o pregoeiro sugerirá ao Prefeito Municipal que inicie procedimento de apuração em processo apartado.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

11.5 - Em sendo aberto procedimento de apuração das condutas pelo Prefeito Municipal, os licitantes serão notificados formalmente para apresentação de defesa administrativa.

11.6 - Para os fins deste edital, para aplicação de qualquer das penalidades previstas, considera-se:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

- a)** não entregar qualquer documento que tenha sido exigido no edital ou solicitado pelo pregoeiro durante o certame; ou
- b)** entregar em desacordo qualquer documento que tenha sido exigido no edital ou solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

II - fazer declaração falsa ou apresentar documento falso para o certame:

- a)** prestar informações falsas; ou
- b)** apresentar documentação com informações inverídicas;

III - retardar a execução do certame:

- a)** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- b)** não comprovar os requisitos de habilitação; ou
- c)** praticar qualquer ação, ou se omitir, de modo que prejudique o bom andamento do certame;

IV - não manter a proposta:

- a)** não enviar a proposta;
- b)** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c)** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d)** deixar de apresentar amostra; e

V - comportar-se de maneira inidônea ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:

- a)** frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório;
- b)** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- c)** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- d)** apresentar amostra falsificada ou deteriorada; ou
- e)** realizar atos como os descritos no art. 156, IV, § 5º da Lei n. 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

11.7 - Não será apurada a conduta pertinente à desclassificação ocorrida antes da fase de lances, salvo se houver indícios de má-fé.

11.8 - Quando a ação ou omissão do licitante ou do adjudicatário ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais gravosa.

11.9 - Quando, em um mesmo procedimento licitatório, o licitante cometer mais de uma conduta passível de punição em itens de contratação diversos, será aplicada a pena da conduta mais gravosa, podendo ser majorada até seu patamar máximo, observado o princípio da proporcionalidade.

11.10 - Poderá ser afastada a majoração de que trata o item anterior caso as condutas perpetradas possuam nexos causal entre si.

11.11 - A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste edital será realizada mediante instauração de procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.

11.12 - Caso tenha sido verificada concomitante conduta que configure ato lesivo à administração pública, o rito da apuração será aquele previsto na Lei Federal n.12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.13 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena e o dano causado à Administração, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

11.14 - O licitante ficará isento das penalidades caso reconhecida força maior ou caso fortuito devidamente reconhecido pela Administração Municipal, bem como comprovado que a conduta praticada seja decorrente de vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído.

11.15 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas nos órgãos competentes após o trânsito em julgado administrativo.

11.16 - Considera-se que a decisão teve o trânsito em julgado administrativo:

I. no dia útil subsequente ao término do prazo para a interposição de recurso, sem a interposição deste;

II. no dia útil subsequente à ciência da decisão em sede de recurso.

12 - DO FORO

12.1 - As questões decorrentes das previsões deste edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Fartura, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13 - DOS ANEXOS

13.1 – Fazem parte integrante deste edital os anexos abaixo:

a) Anexo I – 2.2 Termo de Referência e exigências peculiares



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

- b) Anexo II – Fase Credenciamento dos Representantes:
 - b.1) Anexo II.1 – 5.3.5.1
 - b.2) Anexo II.2 – 5.3.5.2
 - b.3) Anexo II.3 – 5.3.5.3

- c) Anexo III – Fase Credenciamento – solicitação de direito de preferência de contratação às empresas enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte:
 - c.1) Anexo III.1 – 5.4.1.1
 - c.2) Anexo III.2 – 5.4.1.2
 - c.3) Anexo III.3 – 5.4.2.4

- d) Anexo IV – 5.5.3 – Da Proposta de Preço

- e) Anexo V – 5.5.6.1 – Das declarações que devem acompanhar a Proposta de Preço

- f) Anexo VI – 5.6.1.4 – Das declarações que devem acompanhar os documentos de Habilitação

- g) Anexo VII – 9.1.1 – Da minuta da Ata de Registro de Preço

- h) Anexo VIII – Termo de Ciência e de Notificação

- i) Anexo IX – Vistoria Prévia

- j) Anexo X – Endereços eletrônicos.

Taguaí-SP, 08 de dezembro de 2022

EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ

PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

ANEXOS

Anexo I – Termo de Referência e exigências peculiares

A- DA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

CNPJ – 46.223.723/0001-50

Geste em primeiro lugar!



Taguaí, 6 de setembro de 2022.

Assunto: solicitação de contratação - apresenta.

Anexo: Termo de Referência.

|

Ex.mo Sr. Prefeito,

Após ouvir os departamentos que compõem a organização do Município de Taguaí, o Chefe de Gabinete, que a este subscreve, vem à presença de Vossa Excelência expressar o anseio dos coordenadores para que seja realizado procedimento público licitatório com o intuito de contratar empresa especializada em prestação de serviços continuados de manutenção dos veículos que compõem a frota do Município de Taguaí, com fornecimento de peças de reposição e acessórios novos, originais ou similares de primeira linha e apresenta Termo de Referência para Vossa apreciação e, se assim achar adequado, aprovação.

Os coordenadores esclarecem que, apoiaram-se, para tomar esta iniciativa, na inexistência, no quadro de servidores deste Município, de mão de obra especializada suficiente para atender a demanda, intensificada pela ausência de instalações apropriadas adequada para atender a demanda dos serviços.

Para a mencionada aquisição será utilizada a verba constante da fonte de recurso de todos os setores, conforme for necessária realizar a manutenção dos automóveis.

Em nome dos coordenadores que subscrevem o Termo de Referência, despeço-me.

Cordialmente.

Rafael Soldera Corona
Chefe de Gabinete

À
Sua Excelência o Senhor
Eder Carlos Fogaça da Cruz
Prefeito Municipal de Taguaí
Nesta

Praça: Expedicionário Antônio Romano de Oliveira nº 44 – Tel / Fax (14) 3386-9040
CEP. 18.890-000 – Taguaí – S.P. E-Mail: gabinete@taguai.sp.gov.br



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

B - DO TERMO DE REFERÊNCIA

O Termo de Referência a seguir é composto pelo próprio termo e 3 anexos.

(Manutenção da frota com fornecimento de peças)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços continuados de manutenção dos veículos que compõem a frota do Município de Taguaí - com fornecimento de peças de reposição e acessórios novos, originais ou similares de primeira linha com a finalidade de atender às necessidades de todos os setores do Município de Taguaí, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE	QUANT.	UNIDADE	VALOR HORA TÉCNICA	PORCENTAGEM DE DESCONTO		DESCRIÇÃO
				SOBRE AS PEÇAS		
1	2.000 HORAS	Hora técnica de manutenção	R\$ 293,33 TOTALIZANDO: R\$ 586.660,00	14,00%	FROTA MUNICIPAL CLASSE 1: MÁQUINAS E TRATORES Prestação de serviços continuados de manutenção dos veículos que compõem a Frota Municipal Classe 1, cuja relação encontra-se no Anexo I que faz parte integrante deste Termo de Referência, com fornecimento de peças de reposição e acessórios novos, originais ou similares de primeira linha.	

LOTE	QUANT.	UNIDADE	VALOR HORA TÉCNICA	PORCENTAGEM DE DESCONTO		DESCRIÇÃO
				SOBRE AS PEÇAS		
2	1.800 HORAS	Hora técnica de manutenção	R\$ 276,66 TOTALIZANDO: R\$ 497.988,00	16,33%	FROTA MUNICIPAL CLASSE 2: ÔNIBUS E CAMINHÕES Prestação de serviços continuados de manutenção dos veículos que compõem a Frota Municipal Classe 2, cuja relação encontra-se no Anexo II que faz parte integrante deste Termo de Referência, com fornecimento de peças de reposição e acessórios novos, originais ou similares de primeira linha.	



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

LOTE	QUANT.	UNIDADE	VALOR HORA TÉCNICA	PORCENTAGEM	DESCRIÇÃO
				DE DESCONTO SOBRE AS PEÇAS	
3	1.500 HORAS	Hora técnica de manutenção	R\$ 260,00 TOTALIZANDO : R\$ 390.000,00	12,33%	FROTA MUNICIPAL CLASSE 3: VEÍCULOS LEVES Prestação de serviços continuados de manutenção dos veículos que compõem a Frota Municipal Classe 3, cuja relação encontra-se no Anexo III que faz parte integrante deste Termo de Referência, com fornecimento de peças de reposição e acessórios novos, originais ou similares de primeira linha.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A inexistência, no quadro de servidores deste Município, de mão de obra especializada suficiente para atender a demanda, intensificada pela ausência de instalações apropriadas adequada para atender a demanda dos serviços, é o que motivou os coordenadores, que a este subscrevem, a redigir este Termo de Referência.

3. DA ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

3.1. O prazo de entrega/execução dos bens/serviços é de 30 dias, contados do recebimento do Empenho pela empresa selecionada.

3.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

3.3. Os serviços serão recebidos **definitivamente** no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, atestado pelo responsável pela execução contratual.

3.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

3.5 . Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis mediante regular procedimento administrativo instaurado para tanto.

4. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA

4.1 . O objeto do presente Termo de Referência deverá ter garantia mínima de 12 meses, contada do recebimento definitivo do material, prevalecendo a garantia oferecida pelo fabricante caso o prazo seja superior.

4.2 . Durante o período de garantia a contratada obrigarse-á a refazer os serviços, sem ônus para o Município, do objeto que apresentar defeitos ou incorreções resultantes da fabricação ou de sua correta utilização, que não mais exista no mercado, ou que estejam fora de linha de fabricação em razão de evolução tecnológica ou que, por qualquer outro motivo o fabricante não mais o produza, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do dia seguinte ao da notificação de inconformidade.

4.3 . O término do atendimento ocorrerá no dia de conclusão do reparo e da disponibilidade do objeto em perfeito estado de uso nas instalações do Município.

4.3.1 . O pedido de substituição ou reparo do objeto, durante o período de garantia, poderá ser formalizado por telefone, e-mail, ofício ou outro meio hábil de comunicação.

5. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

5.1. Os termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

5.2. Os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do processo são: **fiscalização:** Hélio Gabriel Meira, **acompanhamento:** Luiz Fernando Correa Brisola.

5.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato,



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo e firmadas na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Realizar a execução dos serviços em perfeitas condições com fornecimento de peças, conforme especificações, prazo e local constantes no termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade/ quantidade de material e/ou descrição dos serviços executados mencionadas (os) neste termo de referência;

6.1.2. Os dados constantes na identificação da embalagem de transporte no que se refere a lote, data de validade e fabricação, nome do produto, quantitativo, etc., deverão corresponder ao conteúdo.

6.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos, bem como corrigir os serviços não executados de acordo com o termo de referência e edital;

6.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

6.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, quando for o caso.

6.1.8. Realizar o transporte do material conforme as exigências para os produtos, devidamente protegidos quanto a pó e variações de temperatura, quando for o caso;

6.1.9. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados;



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

6.1.10. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, o objeto desta licitação, nem subcontratar qualquer dos serviços a que está obrigada sem prévio assentimento por escrito da Administração.

6.2. A CONTRATADA ainda deverá:

DA RESPONSABILIZAÇÃO

6.2.1. Responsabilizar-se pelo gerenciamento e execução de todos os recursos necessários para a realização dos serviços e fornecimentos de peças constantes neste Termo de Referência, tais como: instalação de oficinas, aquisição das peças de reposição, manutenção e aquisição de equipamentos necessários para o bom termo dos serviços a serem oferecidos e a contratação e treinamento da mão-de-obra especializada a ser disponibilizada à CONTRATANTE.

6.2.2. Garantir a procedência, especificação e segurança de todos os serviços fornecidos;

DA GARANTIA DOS SERVIÇOS E PEÇAS

6.2.3. Assegurar que as peças instaladas nos veículos possuam garantia mínima de seis meses, a contar da data da emissão da nota fiscal de fornecimento, substituindo-as por novas, sendo todas as despesas inerentes à reposição e transporte das peças ficarão por conta da CONTRATADA, sem custo adicional à CONTRATANTE;

6.2.4. Refazer os serviços que apresentarem problemas, sem custo adicional à CONTRATANTE;

DAS PEÇAS A SEREM UTILIZADAS

6.2.5. Diligenciar a fim de que todas as peças utilizadas atendam as normas estabelecidas na ABNT NBR 12296, não aplicando peças usadas, recondicionadas ou remanufaturadas.

DA QUANTIDADE DE VEÍCULOS

6.2.6. Aceitar a inclusão de veículos nas listas constantes nos Anexos I, II e II que venham a ser adquiridos ou cedidos à CONTRATANTE.

DOS PROFISSIONAIS

6.2.7. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes no trabalho relacionados à execução dos serviços contratados, bem como responder por todos os danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços, na forma do art. 120 da Lei 14.133/21;



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

6.2.8. Substituir os profissionais por outros que detenham qualificação técnica comprovada que satisfaçam exigências para executar os serviços constantes neste termo de referência;

6.2.9. Fornecer toda a mão de obra especializada, bem como todo equipamento, peças e instalações necessárias para atender os serviços estipulados;

6.2.10. Providenciar para que todos os seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança das dependências, adotando os critérios de segurança, tanto para os empregados quanto para a execução dos serviços em si;

6.2.11. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, registro dos funcionários e quaisquer outras que forem devidas referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que estes empregados não possuem vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

6.2.12. Diligenciar a fim de que todos os profissionais possuam habilitação para prestar os referidos serviços;

6.2.13. Providenciar seguro de vida a todos os funcionários que executarão serviços à CONTRATANTE.

6.2.14. Impedir que seus funcionários trabalhem sem registro em carteira, devendo comprovar o registro antes do início dos serviços;

DA FISCALIZAÇÃO

6.2.15. Sujeitar-se a fiscalização por parte da CONTRATANTE a qual tem por obrigação acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

6.2.16- Facilitar a fiscalização procedida por órgãos no cumprimento de normas, cientificando a Unidade Requisitante do resultado das inspeções;

DA MANUTENÇÃO CORRETIVA

6.2.17. Realizar a MANUTENÇÃO CORRETIVA a qual compreende os serviços: Assistência Mecânica; Revisão Corretiva; Reparos no sistema eletrônico de ignição e injeção; Assistência e reparos nos sistemas elétricos; Reparos em bombas e bicos injetores; Revisão corretiva de caixa de marcha e diferenciais, com troca ou não de peças; Reparos em desempenos de cardans e transmissões; Regulagem de válvulas; Reparos em freios com substituição de: lonas, pastilhas de freios, molas, pinos, patins e demais itens relacionados ao sistema de freio dos veículos; Regulagem de motores; Balanceamento e alinhamento (geometria) dos veículos; Reparos em direção



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

hidráulica; Assistência e reparos em condicionadores de ar; Substituição e instalação de peças e acessórios; Mecânica geral: troca de óleo e lubrificantes; Serviços usinagem, torno e solda; Borracharia; (somente lote 3); Retífica completa de motores, com substituição de peças; serviços de usinagem, torno, bloco, girabrequim e cabeçote, retirada, desmontagem e montagem e colocação; Demais serviços corretivos correlatos para o bom funcionamento dos veículos pertencentes à CONTRATANTE.

DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA

6.2.18. Realizar a MANUTENÇÃO PREVENTIVA a qual compreende os seguintes serviços: Assistência Mecânica; Revisão periódica; Revisão dos sistemas elétricos; Limpeza de ignição e injeção eletrônica; Lubrificação geral; Troca de óleo, motor, caixa de marcha diferencial; Troca de filtros de óleo, de ar geral; Regulagem de válvula; Reaperto em geral de motores, dentre outras partes; Retífica de motores (retirando e instalando); Regulagem de faróis; Serviços correlatos; Reparos na funilaria, pintura, vidraçaria e tapeçaria; Demais serviços corretivos correlatos para o bom funcionamento dos veículos pertencentes à CONTRATANTE.

6.2.19. Realizar todas as revisões estipuladas pelo fabricante, incluindo mão de obra, filtros, óleos e substituição de todos os componentes necessários, quando estas revisões deverão ser efetuadas de acordo com as recomendações do fabricante e, preferencialmente, com o emprego do respectivo equipamento de diagnóstico.

6.2.20. Acompanhar e realizar as revisões e trocas periódicas de óleos, filtros e outros componentes corretatos, consoante recomendação do fabricante;

6.2.21. Acompanhar e substituir os pneus em conformidade com especificação do fabricante, sempre que a banca de rodagem estiver gasta ou apresentar defeitos.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO

6.2.21. Realizar os serviços descritos a seguir dentro do tempo estipulado, em cada espécie, após o recebimento da peça de substituição: Trocas de óleos e filtros: em 2 horas; Substituições: em 2 horas; Revisões periódicas: em 1 dia; Reparos de pequena monta: em 2 dias; Reparos de média monta: em 5 dias; Reparos de grande monta: em 15 dias.

DA ASSISTÊNCIA 24 HORAS, DO SOCORRO E DO REBOQUE

6.2.22. Disponibilizar serviço de socorro mecânico para atendimento durante 24 horas por dia e 7 dias por semana, cuja assistência deverá iniciar-se em 60 minutos após cada chamado, constituído por profissionais capacitados para a resolução de pequenos reparos e substituições, como: baterias, correias, cabos, lâmpadas, fusíveis, etc.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

6.2.23. Disponibilizar serviço de reboque para atendimento em 24 horas por dia e 7 dias por semana, cuja assistência deverá iniciar-se em 60 minutos após cada chamado, devendo transportar o veículo enguiçado até a oficina do CONTRATADO.

DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.2.24. Possuir oficina em local de fácil acesso, dispondo de no mínimo quatro vagas cobertas, compatíveis com o tamanho dos veículos, para a execução simultânea dos serviços e todo ferramental específico exigido pelo fabricante dos veículos, sendo de responsabilidade da CONTRATADA todas as providências legais necessárias para a execução dos serviços, incluindo as licenças e alvarás de funcionamento.

6.2.25. Retirar na Garagem Municipal o veículo a ser reparado para efetuar os serviços necessários ao seu restabelecimento, devolvendo-o ao local de retirada, sendo por conta da CONTRATADA as despesas relacionadas a: seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e outros, se existentes decorrentes da execução.

6.2.26. Responsabilizar-se pela guarda e vigilância dos veículos e equipamentos enquanto durarem os serviços, responsabilizando-se por eventuais danos ou multa no período em que a viatura estiver sob sua posse;

DA SOLICITAÇÃO E DA APROVAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.2.27. Devolver as peças substituídas, devidamente acondicionadas, juntamente com o serviço reparado.

6.2.28. Apresentar previamente o orçamento das peças a serem substituídas, fornecendo descrição completa, código da peça, preço fixado pela montadora e o desconto proposto no certame licitatório, acompanhado da tabela fixada pelas montadoras, para ser aprovado.

6.2.29. Emitir e enviar mensalmente ao CONTRATANTE, até o 5º dia útil de cada mês, relatórios de todos os consumos e serviços efetuados em cada um dos veículos da frota;

DA ESTRUTURA

6.2.30. Possuir e comprovar, durante o certame licitatório, possuir a estrutura mínima para prestar os serviços à FROTA MUNICIPAL CLASSE 1 E 2: compressor de ar; prensa hidráulica; aparelho maçarico completo com mangueira de 30 metros; girafa guincho; jacaré macaco; macaco a ar de 30 toneladas; 6 cavaletes com reforço; suporte de motor universal; bancada de 1,5 metro x 3 metros; carregador de bateria; lixadeira; furadeira; bancada de teste elétrico; torno pequeno mde bancada; máquina de solda com oxigênio; aparelho Haster que atenda os tipos das frota; teste de bicos; aparelho de teste de bateria; multímetros; talhas; cintos de segurança; carrinho para



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

tirar cambio; extensão de energia com 30 metros; Bancada com equipamento que permita testar potência efetiva, binário e velocidade de motores, além da rotina de peças, antes este que seja instalado no veículo; Ferramentas específicas para cada atividade técnica; Oficina devidamente estruturada, com espaço e todos os equipamentos necessário para recebimento dos veículos; Fornecimento de equipe técnica de trabalho em números suficientes para atender a demanda;

6.2.31. Possuir e comprovar, durante o certame licitatório, possuir a estrutura mínima para prestar os serviços à FROTA MUNICIPAL CLASSE 3: 2 elevadores; 1 Máquina de alinhamento; 1 Máquina de balanceamento; 1 Máquina de limpeza de bico injetora; 1 Prensa hidráulica; 1 compressor; 1 aparelho para diagnóstico do sistema eletrônico dos veículos; 1 ferramenta de medir compressão de cabeçote; 1 Ferramenta de medir pressão do óleo motor; 1 Ferramenta de medir pressão de bomba de combustível; 1 Máquina de montar e desmontar pneus; Ferramentas específicas para cada atividade técnica.

DA COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA

6.2.32. A licitante deverá apresentar junto com os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove aptidão do licitante para fornecimento pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, sendo a quantidade mínima aceita de 50% do lote cotado, podendo ser mais de um atestado.

6.2.33. A licitante deverá apresentar atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que a mesma possui em suas dependências bancada externa contendo:

6.2.33.1. Equipamento que permita testar potência efetiva, binário e velocidade de motores, além da rotina de peças, antes que seja instalado no veículo;

6.2.33.2. Laboratório de testes e remanufatura de bombas, bicos e unidades injetores de alta pressão.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. Receber o objeto/o serviço no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens/serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido/ serviço executado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto/ execução do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.1.6. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela empresa fornecedora, de acordo com os termos de sua proposta;

7.1.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo fornecedor;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

8.1.1. Der causa à inexecução total ou parcial qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

8.1.2. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.3. Não celebrar o contrato ou deixar de entregar a documentação exigida dentro do prazo;

8.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;

8.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

8.1.6. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

8.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

8.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013;

8.2 . Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

8.2.1 . Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

8.2.2 . Multa moratória de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso na entrega do objeto ou parte dele, calculada sobre o respectivo valor, respeitado o limite de 20% (vinte por cento) e observado o valor mínimo de R\$ 50,00;

8.2.3 . Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou em caso de inexecução parcial será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

8.2.4 . Multa de 10% (dez por cento), a ser aplicada sobre o valor correspondente ao item ou parte do item entregue com defeito e/ou fora das especificações exigidas, a qual será descontada do valor relativo à próxima fatura a ser paga. Quando aplicada no último mês do fornecimento, será descontada da garantia, se houver, caso esta tenha sido prestada mediante caução em dinheiro; se efetivada em outras modalidades, poderá ser retida do último pagamento devido;

8.2.5 . Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do título, em caso de protesto indevido;

8.2.6 . Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

8.2.7 . Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

8.2.8 . Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

8.3 . A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

8.4 . A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.5 . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e nos demais sistemas.

Taguaí-SP, 6 de setembro de 2022.

Coordenadores Municipais:

Renata Bérnago Pires
Coordenadora Municipal de Saúde

Lenita de Fátima Romano Bérnago
Coordenadora Municipal de Educação

Diego José Soldera
Coordenador Municipal de Assistência Social

Leandro Simi Pereira de Sousa
Coordenador Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Apoio técnico:

Luiz Fernando Correa Brisola
Encarregado pela manutenção da frota municipal



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

FROTA MUNICIPAL CLASSE 1: MÁQUINAS E TRATORES

MODELO / MARCA	CLASSE	PLACA	ANO	COMB.	SETOR	CNPJ EMISSÃO NF
IMP/M.BENZ 310D SPRINTER C - Cesto elevatório	1	CYZ 6G80	1999/1999	DIESEL	PLANEJAMENTO	46.223.723/0001-50
Motoniveladora Patrol / Scania - Huber Warko 1405	1	HW 1405	1988	DIESEL	SERM	46.223.723/0001-50
Pá Carregadeira / Fiattalis	1	FR 12B	2001	DIESEL	SERM	46.223.723/0001-50
Pá Carregadeira XGMA 935H	1	XGMA	2014	DIESEL	SERM	46.223.723/0001-50
Patrol - RG 140b - PAC 2 motoniveladora	1	New Holland	2014	DIESEL	SERM	46.223.723/0001-50
Retro JCB	1	3C	2013	DIESEL	SERM	46.223.723/0001-50
Retro JCB Pac 2 - Traçada	1	Pac 2	2013	DIESEL	AGRICULTURA	46.223.723/0001-50
Retroescavadeira / Massey Ferguson	1	MF 96	2005	DIESEL	SERM	46.223.723/0001-50
TH 10 / Tema Terra Maquinários	1	Rolo Compressor	1985	DIESEL	SERM	46.223.723/0001-50
Trator "New Holland"	1	NH 7630	2020	DIESEL	AGRICULTURA	46.223.723/0001-50
Trator / Valtra	1	BM 110	2006	DIESEL	AGRICULTURA	46.223.723/0001-50
Trator F4600 / Ford	1	TRATOR	1981	DIESEL	PLANEJAMENTO	46.223.723/0001-50
Trator "New Holland"	1	TL 80 MR	2006	DIESEL	PLANEJAMENTO	46.223.723/0001-50



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

FROTA MUNICIPAL CLASSE 2: ÔNIBUS E CAMINHÕES

MODELO / MARCA	CLASSE	PLACA	ANO	COMB.	SETOR	CNPJ EMISSÃO NF
Ambulância - RENAULT/MASTER - CEDIDO	2	DCU-5J51	2021/2021	DIESEL	SAÚDE	11.936.692/0001-09
Ambulância - RENAULT/MASTER REVESCAP	2	FEY 9964	2018 / 2019	DIESEL	SAÚDE	11.936.692/0001-09
Ambulância - RENAULT/MASTER U.T.I	2	BTH-9J72	2020 / 2021	DIESEL	SAÚDE	11.936.692/0001-09
Ambulância - RENAULT/MASTER ALTER AM2	2	DSV-4E07	2021/ 2022	DIESEL	SAÚDE	11.936.692/0001-09
Ambulância - RENAULT/MASTER NIKS	2	GIR 1366	2018 / 2019	DIESEL	SAÚDE	11.936.692/0001-09
Ambulância / RENAULT/MASTER AMB RONTAN	2	EGI 1602	2010 / 2010	DIESEL	SAÚDE	11.936.692/0001-09
Ambulância I/MB 415 SPRINTER REV AMB (Samú)	2	GFZ-3617	2017 / 2018	DIESEL	SAÚDE	11.936.692/0001-09
Caminhão / VW/13.180 - Tanque D'Agua	2	BPZ 1547	2002 / 2002	DIESEL	PLANEJAMENTO	46.223.723/0001-50
Caminhão - INTERNATIONAL/DURASTAR 4400P7 6x4	2	FSU 8778	2014 / 2014	DIESEL	PLANEJAMENTO	46.223.723/0001-50
Caminhão - IVECO/VERTIS 130V19 - Fecop para o lixo	2	EGI 1609	2013 / 2014	DIESEL	PLANEJAMENTO	46.223.723/0001-50
Caminhão / FORD / CARGO 1119 - Fecop - Reciclagem	2	GII-3686	2018 / 2019	DIESEL	PLANEJAMENTO	46.223.723/0001-50
Caminhão / FORD / CARGO 1419 S - basculante	2	FAA 8754	2018 / 2019	DIESEL	PLANEJAMENTO	46.223.723/0001-50
Caminhão / FORD / CARGO 1517 E - basculante	2	DBA 8122	2008 / 2009	DIESEL	PLANEJAMENTO	46.223.723/0001-50
Caminhão / FORD / CARGO 1517 E - carroceria	2	DBA 8121	2008 / 2009	DIESEL	PLANEJAMENTO	46.223.723/0001-50
Caminhão / FORD / CARGO 1517 E - lixo	2	DBA 8129	2010 /2010	DIESEL	PLANEJAMENTO	46.223.723/0001-50
Caminhão / FORD / CARGO 2422 E - basculante truck	2	DBA 8126	2009 / 2010	DIESEL	PLANEJAMENTO	46.223.723/0001-50
Micro M.BENZ/CAIO LO 916 ORE 45 Lugares-Estado	2	BZF-6754	2019 / 2020	DIESEL	EDUCAÇÃO	46.223.723/0001-50
Micro-Onibus VW/MASCA GRANMINI O - Estado	2	DJM 7580	2013 / 2014	DIESEL	EDUCAÇÃO	46.223.723/0001-50
Micro-Ônibus / MARCOPOLO / VOLARE V6 ON	2	DJP 3060	2005 / 2006	DIESEL	EDUCAÇÃO	46.223.723/0001-50
Micro-Onibus / MARCOPOLO/VOLARE V9L ON	2	FBI 3503	2018 / 2018	DIESEL	SAÚDE	11.936.692/0001-09
Micro-Ônibus / VW/MPOLO FRATELO LOT	2	CDV 1650	2002 / 2002	DIESEL	EDUCAÇÃO	46.223.723/0001-50
Micro-Ônibus IVECO/CITYCLASS 70C16	2	EGI 1603	2011 / 2011	DIESEL	EDUCAÇÃO	46.223.723/0001-50
Micro-Ônibus M.BENZ / INDUSCAR ATILIS O - Estado	2	DJL 3151	2009 / 2010	DIESEL	EDUCAÇÃO	46.223.723/0001-50
Micro-Ônibus M.BENZ LO 812/MPOLO VICINO ESC-Estado	2	EEF 7903	2009 / 2010	DIESEL	EDUCAÇÃO	46.223.723/0001-50
Micro-Onibus MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	2	FGL-8A71	2021 / 2022	DIESEL	EDUCAÇÃO	46.223.723/0001-50
Micro-Onibus MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	2	FKD-4J62	2021 / 2022	DIESEL	EDUCAÇÃO	46.223.723/0001-50



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

Micro-Onibus MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	2	FKP-9D85	2021 /2022	DIESEL	EDUCAÇÃO	46.223.723/0001-50
Micro-Onibus MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	2	FNP-9C02	2021 / 2022	DIESEL	EDUCAÇÃO	46.223.723/0001-50
Micro-Onibus MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	2	FPI-8B64	2021 / 2022	DIESEL	EDUCAÇÃO	46.223.723/0001-50
Micro-Onibus MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	2	FQR-0F42	2021 / 2022	DIESEL	EDUCAÇÃO	46.223.723/0001-50
Micro-Onibus MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	2	FUR-6G91	2021 / 2022	DIESEL	EDUCAÇÃO	46.223.723/0001-50
Micro-Ônibus VW/NEOBUS TH O MINI ESC - 31 Lugares	2	BSY-6620	2018 / 2019	DIESEL	EDUCAÇÃO	46.223.723/0001-50
Ônibus / SCANIA/K 113 CL	2	GVJ 9308	1991 /1991	DIESEL	EDUCAÇÃO	46.223.723/0001-50
Ônibus / SCANIA/MPOLO VIAGGIO R	2	DJF 7848	2007 / 2007	DIESEL	SAÚDE	11.936.692/0001-09
Ônibus / SCANIA/MPOLO VIAGGIO R	2	DJF 7853	2007 / 2007	DIESEL	EDUCAÇÃO	46.223.723/0001-50
Ônibus / SCANIA/S 113 CL	2	MMT 2689	1992 / 1992	DIESEL	EDUCAÇÃO	46.223.723/0001-50
Ônibus VW/15.190 EOD E.HD ORE - 60 Lugares	2	DEI-9473	2018 / 2019	DIESEL	EDUCAÇÃO	46.223.723/0001-50
RENAULT / MASTER MINIBUS L3H2 - cadeirante	2	FHL 4022	2018 / 2019	DIESEL	SAÚDE	11.936.692/0001-09
RENAULT / MASTER MINIBUS L3H2 - passageiro	2	BZL-3965	2019 / 2020	DIESEL	EDUCAÇÃO	46.223.723/0001-50
RENAULT MASTER AMBULÂNCIA	2	DSV4E07	2021/2022	DIESEL	SAÚDE	11.936.692/0001-09
RENAULT/MASTER MINIBUS L3H2 - passageiro	2	FWI 5153	2018 / 2019	DIESEL	SAÚDE	11.936.692/0001-09
RENAULT/MASTER MINIBUSL3	2	FXR9E35	2022/2023	DIESEL	SAÚDE	11.936.692/0001-09
RENAULT/MASTER MINIBUSL3	2	FZ08G53	2022/2023	DIESEL	SAÚDE	11.936.692/0001-09
RENAULT/MASTERF2 VER AMBULÂNCIA	2	GFC2G24	2022/2023	DIESEL	SAÚDE	11.936.692/0001-09
RENAULT/MASTERL2 AMBULÂNCIA	2	DCU-5751	2021/2022	DIESEL	SAÚDE	11.936.692/0001-09



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA

FROTA MUNICIPAL CLASSE 3: VEÍCULOS LEVES

4

MODELO / MARCA	CLASSE	PLACA	ANO	COMB.	SETOR	CNPJ EMISSÃO NF
VN / SAVEIRO CL	3	BSC 8564	1988/1989	ÁLCOOL	PLANEJAMENTO	46.223.723/0001-50
Ambulância - CHEVROLET/MONTANA LS2	3	FPY 4448	2018 / 2019	FLEX	SAÚDE	11.936.692/0001-09
Ambulância - FIAT / FIORINO SR	3	FQI-7D23	2021 / 2021	FLEX	SAÚDE	11.936.692/0001-09
Ambulancia / GM/WILLIAM MONTANA AMB	3	FKS 7890	2014 / 2015	FLEX	SAÚDE	11.936.692/0001-09
Ambulancia I / RENAULT KANGOO Santa Casa	3	FNV-1444	2017 / 2018	FLEX	SAÚDE	11.936.692/0001-09
Caminhonete FORD/WILLIAM COURIER	3	DBA 8123	2008 / 2009	FLEX	PLANEJAMENTO	46.223.723/0001-50
CHEVROLET / ONIX - 10MT JOYE	3	FFU 9442	2018 / 2018	FLEX	SAÚDE	11.936.692/0001-09
CHEVROLET / SPIN - 1.8L MT LTZ	3	EGI-1607	2013 / 2014	FLEX	EDUCAÇÃO	46.223.723/0001-50
FIAT / PALIO FIRE	3	FSR 9906	2014 / 2015	FLEX	PLANEJAMENTO	46.223.723/0001-50
FIAT CRONOS DRIVE 1.3	3	FKC5G83	2021/2022	FLEX	SAÚDE	11.936.692/0001-09
FIAT REVESCAP AMBULANCIA	3	FQI7D23	2021/2021	FLEX	SAÚDE	11.936.692/0001-09
FIAT/DOBLO CARGO FLEX Orng Arca Noé	3	DBA 8116	2006 / 2007	FLEX	PLANEJAMENTO	46.223.723/0001-50
FIAT/PALIO WEEKEND ATTRAC 1.4	3	EGI 1606	2013 / 2013	FLEX	PLANEJAMENTO	46.223.723/0001-50
FIAT/UNO MILLE ECONOMY	3	EGI 1604	2012 / 2013	FLEX	SOCIAL	13.640.366/0001-77
FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX - Do Estado	3	DMN 0961	2005 / 2006	FLEX	AGRICULTURA	46.223.723/0001-50
FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX - Do Estado	3	DMN 1083	2005 / 2006	FLEX	AGRICULTURA	46.223.723/0001-50
I/CHEVROLET CLASSIC LS	3	FWQ 3662	2016 / 2016	FLEX	SAÚDE	11.936.692/0001-09
I/FIAT CRONOS 1.3	3	BXD-9D03	2021 / 2022	FLEX	EDUCAÇÃO	46.223.723/0001-50
I/FIAT CRONOS 1.3	3	GFW-9F23	2021/ 2022	FLEX	EDUCAÇÃO	46.223.723/0001-50
I/FIAT CRONOS DRIVE 1.3	3	FKC-5G83	2021 / 2022	FLEX	SAÚDE	11.936.692/0001-09
MOTO KASINSKI / COMETA 150 70	3	DET-4D02	2011 / 2012	GASOLINA	PLANEJAMENTO	46.223.723/0001-50
RENAULT / LOGAN - EXP 1.6 SCE	3	GBH 7655	2018 / 2019	FLEX	SAÚDE	11.936.692/0001-09
TOYOTA / COROLA XEI 2.0	3	BSB-9H78	2020 / 2020	FLEX	GABINETE	46.223.723/0001-50
V/W VIRTUS AF	3	EGI-4E91	2020 / 2021	FLEX	EDUCAÇÃO	46.223.723/0001-50
V/W SANTANA QUANTUM	3	CZG-7350	2000 / 2000	GASOLINA	PLANEJAMENTO	46.223.723/0001-50
V/W/GOL 1.0	3	DBA 8128	2010 / 2011	FLEX	EDUCAÇÃO	46.223.723/0001-50



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

V/W/KOMBI ESCOLAR	3	DBA 8124	2009 / 2009	FLEX	EDUCAÇÃO	46.223.723/0001-50
VW / GOL 1.0	3	FXJ-7F78	2021 / 2022	FLEX	SOCIAL	13.640.366/0001-77
VW / GOL 1.0	3	GHK-2E97	2021 / 2022	FLEX	SOCIAL	13.640.366/0001-77
VW / KOMBI	3	BPZ 1544	2001 / 2002	GASOLINA	PLANEJAMENTO	46.223.723/0001-50
VW/GOL 1.6 RALLYE	3	DBA 8112	2004 / 2005	FLEX	PLANEJAMENTO	46.223.723/0001-50
VW/GOL TL MB	3	FRR 5753	2014 / 2015	FLEX	SAÚDE	11.936.692/0001-09
VW/KOMBI FURGÃO	3	DBA 8115	2006 / 2006	FLEX	EDUCAÇÃO	46.223.723/0001-50

FIM DO TERMO DE REFERÊNCIA



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

Anexo II – Fase Credenciamento dos Representantes

Anexo II.1

(utilizar este documento quando: 5.3.5.1 - SÓCIO, PROPRIETÁRIO, DIRIGENTE OU ASSEMBLHADO: se o representante do licitante for seu sócio, proprietário, dirigente ou assemblhado, o credenciamento será feito mediante a apresentação do original ou de cópia autenticada do Estatuto Social, Contrato Social ou outro instrumento de registro comercial, devidamente registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, assim como a apresentação das declarações contidas no ANEXO II.1.)

DECLARAÇÃO POR SÓCIO, PROPRIETÁRIO, DIRIGENTE OU ASSEMBLHADO

Processo nº:	399/22	PREGÃO PRESENCIAL nº	38/2022
DADOS DA EMPRESA			
Razão Social		CNPJ	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico comercial		Telefone	
DADOS DO SÓCIO/PROPRIETÁRIO			
Nome		RG	
Qualificação		CPF	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico pessoal		Celular	

A empresa supracitada, neste ato representada por seu Sócio/Proprietário, acima qualificado, **INFORMA** ao **MUNICÍPIO DE TAGUAÍ** os **endereços eletrônicos** constantes no quadro acima para fins de receber todos os comunicados, despachos, notificações, intimações e informações a respeito do processo licitatório em epígrafe.

Local e data

Sócio/Proprietário:



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

Anexo II – Fase Credenciamento dos Representantes

Anexo II.2

(utilizar este documento quando: 5.3.5.2 - **REPRESENTANTE QUE NÃO SE ENQUADRA NO ITEM 5.3.5.1**: quanto o representante não se enquadrar no item 5.3.5.1, o representante do licitante deve apresentar **TERMO DE CREDENCIAMENTO**, consoante modelo contido no **ANEXO II.2**, acompanhado de original ou cópia autenticada de Contrato Social ou de outro instrumento constitutivo do licitante, para que se possa comprovar a capacidade do outorgante para constituir mandatário.)

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Processo nº:	399/22	PREGÃO PRESENCIAL nº	38/2022
DADOS DA EMPRESA			
Razão Social		CNPJ	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico comercial		Telefone	
DADOS DO SÓCIO/PROPRIETÁRIO			
Nome		RG	
Qualificação		CPF	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico pessoal		Celular	
DADOS DO CREDENCIADO			
Nome		RG	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico pessoal		Celular	

A empresa supracitada, neste ato representada por seu Sócio/Proprietário, acima qualificado, **INFORMA** ao **MUNICÍPIO DE TAGUAÍ** os **endereços eletrônicos** constantes no quadro acima para fins de receber todos os comunicados, despachos, notificações, intimações e informações a respeito do processo licitatório em epígrafe, dando-se ciência dos mesmos e **NOMEIA E CONSTITUI** seu bastante Procurador o cidadão qualificado no quadro acima como **CREDENCIADO**, a quem confere amplos poderes para representá-la perante o **MUNICÍPIO DE TAGUAÍ**, durante o Pregão Presencial mencionado em epígrafe, com poderes para tomar, em seu nome, qualquer decisão durante todas as fases do referido pregão, em especial: apresentar a declaração de que a empresa cumpre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos; entregar os envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação; formular lances ou ofertas verbalmente; negociar com o Pregoeiro a redução dos preços ofertados; desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão pública ou, se for o caso, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de fazê-lo; assinar a ata da sessão; assinar ata de registro de preço; assinar contrato; prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

Local e data.

Sócio/Proprietário



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

Anexo II – Fase Credenciamento dos Representantes

Anexo II.3

*(utilizar este documento quando: 5.3.5.3 - REPRESENTANTE POSSUIDOR DE PROCURAÇÃO: no caso do representante legal possuir procuração contendo os poderes para praticar os atos pertinentes aos procedimentos licitatórios o representante do licitante deve apresentar **TERMO DE CREDENCIAMENTO**, consoante modelo contido no **ANEXO II.3**, acompanhado de original ou cópia autenticada de Contrato Social ou de outro instrumento constitutivo do licitante, para que se possa comprovar a capacidade do outorgante para constituir mandatário.)*

TERMO DE CREDENCIAMENTO POR REPRESENTANTE POSSUIDOR DE PROCURAÇÃO

Processo nº:	399/22	PREGÃO PRESENCIAL nº	38/2022
DADOS DA EMPRESA			
Razão Social		CNPJ	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico comercial		Telefone	
DADOS DO SÓCIO/PROPRIETÁRIO			
Nome		RG	
Qualificação		CPF	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico pessoal		Celular	
DADOS DO PROCURADOR			
Nome		RG	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico pessoal		Celular	
Data da Procuração			

A empresa supracitada, neste ato representada por seu **PROCURADOR**, acima qualificado, **INFORMA** ao **MUNICÍPIO DE TAGUAÍ** os **endereços eletrônicos** constantes no quadro acima para fins de receber todos os comunicados, despachos, notificações, intimações e informações a respeito do processo licitatório em epígrafe, dando-se ciência dos mesmos e declara ter sido nomeado por **PROCURAÇÃO**, que a esta acompanha, outorga para participar de certame licitatório na qualidade de **CREDCIADO**, com amplos poderes para representá-la perante o **MUNICÍPIO DE TAGUAÍ**, durante o Pregão Presencial mencionado em epígrafe, com poderes para tomar, em seu nome, qualquer decisão durante todas as fases do referido pregão, em especial: apresentar a declaração de que a empresa cumpre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos; entregar os envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação; formular lances ou ofertas verbalmente; negociar com o Pregoeiro a redução dos preços ofertados; desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão pública ou, se for o caso, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de fazê-lo; assinar a ata da sessão; assinar ata de registro de preço; assinar contrato; prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

Local e data.

Procurador



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

Anexo III – Fase Credenciamento – Solicitação de direito de preferência de contratação às empresas enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte

Anexo III.1

(utilizar este documento quando: 5.4.1.1 - Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração assinada por representante legal do licitante afirmando o seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal, em conformidade com o modelo constante do ANEXO III.1, acompanhada de documento pela Junta Comercial ou Receita Federal comprovando tal situação.)

SOLICITAÇÃO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO (para microempresas e empresas de pequeno porte)

Processo nº:	399/22	PREGÃO PRESENCIAL nº	38/2022
DADOS DA EMPRESA			
Razão Social		CNPJ	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico comercial		Telefone	
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL			
Nome		RG	
Qualificação		CPF	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico pessoal		Celular	

A empresa supracitada, neste ato representada por seu **REPRESENTANTE LEGAL**, acima qualificado, **DECLARA**, para fins de obter direito de preferencial de contratação referente ao certame licitatório em epígrafe, que encontra-se enquadrada na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

Local e Data.

Representante Legal



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

Anexo III – Fase Credenciamento – Solicitação de direito de preferência de contratação às empresas enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte

Anexo III.2

*(utilizar este documento quando: 5.4.1.2 - Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, deverá apresentar declaração assinada por representante legal do licitante afirmando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, em conformidade com o modelo constante do **ANEXO III.2**)*

SOLICITAÇÃO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO (para cooperativas)

Processo nº:	399/22	PREGÃO PRESENCIAL nº	38/2022
DADOS DA EMPRESA			
Razão Social		CNPJ	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico comercial		Telefone	
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL			
Nome		RG	
Qualificação		CPF	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico pessoal		Celular	

A empresa supracitada, neste ato representada por seu **REPRESENTANTE LEGAL**, acima qualificado, **DECLARA**, para fins de obter direito de preferencial de contratação referente ao certame licitatório em epígrafe, que o Estatuto Social da cooperativa encontra-se adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que a cooperativa auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a ser comprovado mediante Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente.

Local e Data.

Representante Legal



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

Anexo III – Fase Credenciamento – Solicitação de direito de preferência de contratação às empresas enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte

Anexo III.3

(utilizar este documento quando: 5.4.2.4 - A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente para fins de obter direito de preferência de contratação de que trata o diploma legal mencionado acima, utilizando-se do modelo constante no ANEXO III.3)

DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA À RECEITA BRUTA (para ME, EPP e COOPERATIVA)

Processo nº:	399/22	PREGÃO PRESENCIAL nº	38/2022
DADOS DA EMPRESA			
Razão Social		CNPJ	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico comercial		Telefone	
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL			
Nome		RG	
Qualificação		CPF	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico pessoal		Celular	

A empresa supracitada, neste ato representada por seu **REPRESENTANTE LEGAL**, acima qualificado, **DECLARA**, para fins de obter direito de preferencial de contratação referente ao certame licitatório em epígrafe, que

- neste ano de **2022**, até a presente data, celebrou contrato com os órgãos públicos abaixo relacionado:

Data contrato	Órgão Público	Valor total do contrato
	TOTAL	

cujo total não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte e se compromete em observar o limite máximo com a finalidade de não extrapolá-lo.

OU



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

- ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte e se compromete em observar o limite máximo com a finalidade de não extrapolá-lo.

Local e Data.

Representante Legal



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

Anexo IV

Proposta de Preço

(5.5.3 - A PROPOSTA DE PREÇO deverá ser apresentada conforme modelo constante no **ANEXO IV**)

Processo nº:	399/22	PREGÃO PRESENCIAL nº	38/2022
DADOS DA EMPRESA			
Razão Social		CNPJ	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico comercial		Telefone	
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL			
Nome		RG	
Qualificação		CPF	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico pessoal		Celular	

A empresa supracitada, por intermédio de seu representante legal, em atendimento ao disposto no acima mencionado Edital, encaminha a seguinte Proposta de Preços:

ITEM 1	FROTA MUNICIPAL CLASSE 1: MÁQUINAS E TRATORES	Prestação de serviços continuados de manutenção dos veículos que compõem a Frota Municipal Classe 1, cuja relação encontra-se no Anexo I que faz parte integrante deste Termo de Referência, com fornecimento de peças de reposição e acessórios novos, originais ou similares de primeira linha.		
QUANTIDADE HORAS	UNIDADE	VALOR HORA TÉCNICA (unitário)	VALOR TOTAL	DESCONTO EM PORCENTAGEM
2.000	HORA TÉCNICA MANUTENÇÃO			
VALOR DA PROPOSTA POR EXTENSO				



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

ITEM 2	FROTA MUNICIPAL CLASSE 2: ÔNIBUS E CAMINHÕES	Prestação de serviços continuados de manutenção dos veículos que compõem a Frota Municipal Classe 2, cuja relação encontra-se no Anexo II que faz parte integrante deste Termo de Referência, com fornecimento de peças de reposição e acessórios novos, originais ou similares de primeira linha.		
QUANTIDADE HORAS	UNIDADE	VALOR HORA TÉCNICA (unitário)	VALOR TOTAL	DESCONTO EM PORCENTAGEM
1.800	HORA TÉCNICA MANUTENÇÃO			
VALOR DA PROPOSTA POR EXTENSO				

ITEM 3	FROTA MUNICIPAL CLASSE 3: VEÍCULOS LEVES	Prestação de serviços continuados de manutenção dos veículos que compõem a Frota Municipal Classe 3, cuja relação encontra-se no Anexo III que faz parte integrante deste Termo de Referência, com fornecimento de peças de reposição e acessórios novos, originais ou similares de primeira linha.		
QUANTIDADE HORAS	UNIDADE	VALOR HORA TÉCNICA (unitário)	VALOR TOTAL	DESCONTO EM PORCENTAGEM
1.500	HORA TÉCNICA MANUTENÇÃO			
VALOR DA PROPOSTA POR EXTENSO				

1) O preço global é de R\$ _____ (_____).

2) Nos preços estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos como frete, embalagem, seguro, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação

3) Prazo de validade da Proposta: 60 dias.

Local e Data:

Representante Legal



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

Anexo V

DAS DECLARAÇÕES QUE DEVEM ACOMPANHAR A PROPOSTA DE PREÇO

(5.5.6.1 - Os licitantes deverão apresentar juntamente com a proposta as seguintes declarações utilizando-se do ANEXO V)

Processo nº:	399/22	PREGÃO PRESENCIAL nº	38/2022
DADOS DA EMPRESA			
Razão Social		CNPJ	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico comercial		Telefone	
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL			
Nome		RG	
Qualificação		CPF	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico pessoal		Celular	

A empresa supracitada, neste ato representada por seu **REPRESENTANTE LEGAL**, acima qualificado,

I - DECLARA que:

a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório; **b)** a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório; **c)** o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório; **d)** o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto; **e)** o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e **f)** o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

II – DECLARA para fins de participação na Licitação acima, que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas

III – DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no instrumento convocatório do certame licitatório em epígrafe.

Local e Data.

Representante Legal



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

Anexo VI

Das declarações que devem acompanhar os documentos de Habilitação

(5.6.1.4 - **DECLARAÇÕES E OUTRAS COMPROVAÇÕES**: Declaração subscrita por representante legal do licitante, em conformidade com o modelo constante do **ANEXO VI**)

Processo nº:	000399/22/2022	PREGÃO PRESENCIAL nº	38/2022
DADOS DA EMPRESA			
Razão Social		CNPJ	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico comercial		Telefone	
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL			
Nome		RG	
Qualificação		CPF	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico pessoal		Celular	

A empresa supracitada, neste ato representada por seu **REPRESENTANTE LEGAL**, acima qualificado, declara que:

- a) está em situação regular perante o **Ministério do Trabalho e Previdência** no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal,
- b) cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual.
- c) não possui sócio ou, no caso de sociedade anônima, diretor que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) como terá acesso, para a execução do serviço objeto deste edital, aos dados pessoais dos representantes da licitante e da contratante, tais como: número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação e em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), **DECLARA**: **1-** que está ciente que é vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal; **2-** que compromete-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual; **3-** que está ciente de que responderá administrativa e judicialmente, caso causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.
- e) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas.

Local e Data.

Representante Legal



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

Anexo VII Minuta da Ata de Registro de Preço

(9.1.1 – Considerando que o conjunto dos procedimentos descritos neste edital tem a finalidade de realizar formalmente os preços relativos ao objeto descrito na cláusula 2 deste edital, a licitante que for declarada vencedora terá o item a ela adjudicado e deverá assinar a ata de registro de preço, cujo modelo encontra-se no ANEXO VII deste edital.)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
{NUMERO DO CONTRATO}} QUE,
ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O
MUNICÍPIO DE TAGUAÍ E DE OUTRO A
EMPRESA {NOME_FORN}}, NA FORMA
ABAIXO.

ÓRGÃO GERENCIADOR: **MUNICÍPIO DE TAGUAÍ**
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO REGIDO PELA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021
NÚMERO DO PROCESSO: **399/22**
NÚMERO DA MODALIDADE: **38/2022**
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: **PREGÃO PRESENCIAL**

Aos dias do mês de de 2022, o **MUNICÍPIO DE TAGUAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 46.223.723/0001-50, localizada nesta cidade de Taguaí, Estado de São Paulo, tendo a sede administrativa situada no Paço Municipal “Pedro Bérnago”, à Praça Expedicionário Antônio Romano de Oliveira, nº 44, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal o Sr. **EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ**, brasileiro, portador da carteira de identidade nº. 23.094.961-7 e inscrito no CPF/MF sob o nº. **145.063.128-21**, em face da classificação das propostas de preços realizada durante o certame do Processo Licitatório em epígrafe, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, **RESOLVE** registrar os preços para execução de serviços constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços a qual tem validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, tendo sido a empresa **{NOME_FORN}}**, CNPJ/MF **{CNPJ_FORN}}**, sediada na Rua **{ENDERECO_FORN}**, **{ENDERECO_NUM_FORN}**, **{BAIRRO_FORN}**, **{CIDADE_FORN}**-**{UF_FORN}** CEP **{CEP_FORN}**, neste ato representada pelo seu representante legal o Sr.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

{REPRESENTANTE_FORN_NOME}}, CPF nº{REPRESENTANTE_FORN_CPF}} e _____ (qualificação), classificada com os respectivos itens e preços constantes na cláusula 1 do Anexo A, que faz parte integrante desta ata. Registre-se que faz parte integrante desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, o **ANEXO A**, onde encontraremos as normas relativas à contratação do objeto. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr **EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ**, bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sr. {REPRESENTANTE_FORN_NOME}}, para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Taguaí-SP, ____ de _____ de _____.

EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ
Prefeito Municipal

{REPRESENTANTE_FORN_NOME}}
RESPONSÁVEL LEGAL
DETENTOR DA ATA - EMPRESA

Testemunhas:

1. Nome Completo:
Carteira de Identidade:
Assinatura: _____

2. Nome Completo:
Carteira de Identidade:
Assinatura: _____



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

(com preenchimento de acordo com cada forma de objeto e sua execução)

ANEXO A – NORMAS RELATIVAS À CONTRATAÇÃO DO OBJETO

Instrumento vinculado à Ata de Registro de Preço Nº {NUMERO DO CONTRATO}}

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços continuados de manutenção dos veículos que compõem a frota do Município de Taguaí.** e refere-se ao Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº38/2022** e anexos.

1.2. Dos Itens adjudicados:

1.2.1 – Os itens abaixo relacionados, tanto qualitativa como quantitativamente, foram adjudicados à empresa **DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO** em epígrafe:

Descrição dos itens

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. A forma de execução do objeto dar-se-á consoante as condições a seguir:

- a) O Departamento solicitante encaminhará o pedido ao DETENTOR DA ATA através do e-mail registrado por ocasião do certame licitatório;
- b) Após o recebimento, o DETENTOR DA ATA deverá executar o serviço no prazo constante no Termo de Referência.
- c) No momento da entrega do objeto, o DETENTOR DA ATA entregará a nota fiscal correspondente.
- d) A solicitação do material e ou serviço será de acordo com as necessidades da Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE RECEBIMENTO DO MATERIAL

(verificar o disposto no termo de referência)

3.1. A entrega do material será realizada conforme constante no Termo de Referência.

3.1.1. O prazo para atendimento da solicitação de que trata o item 3.1. será contado a partir do recebimento do pedido pela DETENTORA DA ATA.

3.1.2. O departamento solicitante deverá conferir se a solicitação foi atendida, atestando a sua execução na nota fiscal.

3.1.3. Todos os custos (frete, taxas, impostos, etc.) correrão por conta do licitante vencedor.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

3.1.4. O material objeto do presente contrato será solicitado gradativamente de acordo com a necessidade desta Entidade.

3.2. O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso I do art. 140 da Lei nº. 14.133/2021;

3.2.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

3.2.2. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, conforme disposto no Termo de Referência.

3.4. Caso o serviço seja reprovado, a reexecução e reposição do mesmo deverá ser realizada no prazo máximo de **10 (dez)** dias, a contar da comunicação à empresa contratada por meio de laudo de reprovação do produto emitido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

3.4.1. A não reposição no prazo estabelecido constitui motivo para rescisão do contrato.

3.5. A Nota Fiscal apresentada pela empresa no momento da conclusão da execução dos serviços deverá vir acompanhada da cópia da Ordem de Execução referentes ao serviço executado ou deverá mencionar o número do processo.

3.6. Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade da execução dos serviços pelo prazo estabelecido na respectiva garantia pelo fabricante, e estará obrigada a substituir ou refazer aquele que apresentar defeito ou falhas no prazo estabelecido pelo Contratante.

3.7. Faz parte integrante deste Anexo o TERMO DE REFERÊNCIA constante no Anexo I do Edital a que se vincula, devendo ser observado pelo DETENTOR DA ATA.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral do MUNICÍPIO DE TAGUAÍ, de acordo com o setor solicitante.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E REAJUSTE DO PREÇO

5.1. Pelos serviços executados o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará ao **FORNECEDOR REGISTRADO**, conforme os preços registrados na cláusula 1.2.1 deste anexo, mediante apresentação pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento da execução dos serviços.

5.2. Conforme determina o parágrafo 7º do artigo 25 da Lei Federal nº 14.133/2021, será permitido a reajustamento anual dos preços adjudicados após 12 meses a contar da data do orçamento estimado constante no preâmbulo deste edital, utilizando-se o índice IGPM acumulado. (art. 82 VI)



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

5.2.1. O pedido de reajustamento do preço deverá ser apresentado pela adjudicatária, para que possa ser concedido.

5.3.2. A Administração Pública terá o prazo de 30 (trinta) dias para deliberar sobre o pedido de reajuste.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do Tesouro municipal e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas na cláusula 3.1.2 deste anexo.

6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do DETENTOR DA ATA, através de ordem bancária informada pela mesma por ocasião da participação dos procedimentos licitatórios.

6.3. O ÓRGÃO GERENCIADOR reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.

6.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO DETENTOR DA ATA

8.1. Executar os serviços objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I do referido Edital.

8.2. Reexecutar os serviços, no total ou em parte, o objeto da presente ATA em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.

8.3. Reconhecer todos os direitos do MUNICÍPIO DE TAGUAÍ, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

8.4. Manter, durante o período de execução até o pagamento dos serviços, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.

8.5. O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços objeto deste instrumento de contratação.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

8.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da Ata, na forma do que a dispõe a Lei Federal nº 14.133/2022.

8.7. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que a dispõe a Lei Federal nº 14.133/2022.

8.8. E outras obrigações constantes no Termo de Referência – Anexo I do referido Edital.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma da legislação vigente.

9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, no edital que deu origem a este instrumento vinculativo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

10.1.1.1. Pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TAGUAÍ pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias e multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do item de contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. A extinção do compromisso celebrado através de ata de registro de preço reger-se-á pelas normas dispostas no edital que originou esta ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços todos a regras previstas no edital a qual está vinculada, como também, as normas contidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo MUNICÍPIO DE TAGUAÍ, segundo as disposições contidas na Lei nº. 14.133/2021 e no edital que regulamentou esta ata.

13.2. Integra esta ATA DE REGISTRO DE PREÇO o edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº **38/2022**, o qual e faz parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais e ou serviços constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Fórum da Comarca de Fartura.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Taguaí-SP, ____ de _____ de ____.

EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ
Prefeito Municipal

{REPRESENTANTE_FORN_NOME}}
RESPONSÁVEL LEGAL
DETENTOR DA ATA - EMPRESA

Testemunhas:

1. Nome Completo: _____
Carteira de Identidade: _____
Assinatura: _____

2. Nome Completo: _____
Carteira de Identidade: _____
Assinatura: _____



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

ANEXO VIII

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

(Contratos)

(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

CONTRATADO: {NOME_FORN}}

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): {NUMERO DO CONTRATO}}

OBJETO: **Contratação de empresa especializada em prestação de serviços continuados de manutenção dos veículos que compõem a frota do Município de Taguaí.**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 145.063.128-21

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome: EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 145.063.128-21

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: {REPRESENTANTE_FORN_NOME}}

Cargo:



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

CPF: {REPRESENTANTE_FORN_CPF}}

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 145.063.128-21

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 145.063.128-21

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome:

Cargo:

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas

que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).*



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.

Anexo IX

DA VISTORIA PRÉVIA

(5.6.1.6 – DA VISTORIA PRÉVIA)

Processo nº:	399/22	Pregão Presencial nº	38/2022
DADOS DA EMPRESA			
Razão Social		CNPJ	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico comercial		Telefone	
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL			
Nome		RG	
Qualificação		CPF	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico pessoal		Celular	

A empresa supracitada, neste ato representada por seu REPRESENTANTE LEGAL, acima qualificado, declara que:

a) lhe foi assegurado o direito de realizar vistoria prévia nos veículos, objeto de realização dos serviços da licitação em epígrafe, onde tomou conhecimento das condições e peculiaridades da situação dos mesmos, onde pode levar em consideração todos os elementos para fins de elaborar a Proposta de Preço, nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Local e Data.

Nome do responsável técnico da empresa
(com carimbo da empresa)

(Assinatura e carimbo do responsável pelo acompanhamento da vistoria)



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.

ANEXO X

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

(5.6.1.7 – DOS ENDEREÇOS ELETRÔNICOS)

Processo nº:	399/22	Pregão Presencial nº	38/2022
DADOS DA EMPRESA			
Razão Social		CNPJ	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico comercial		Telefone	
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL			
Nome		RG	
Qualificação		CPF	
Endereço		Município/UF	
Endereço eletrônico pessoal		Celular	
Processo nº:		Pregão Presencial nº	

A empresa supracitada, neste ato representada por seu REPRESENTANTE LEGAL, acima qualificado, declara que os endereços eletrônicos (e-mail) que utilizará para comunicar-se com a Administração Pública serão os elencados na tabela a seguir:

Departamento da empresa	Endereço eletrônico
Departamento de Cotação	
Departamento de Licitação	
Departamento de Contratos	
Departamento de Finanças	
Departamento de Vendas (para recebimento dos pedidos encaminhados pela Administração Pública)	

Local e Data.

Representante Legal